



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

DECRETO N.º 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO VIII — N.º 98

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1966

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Estatística

PORTARIA DE 23 DE MARÇO
DE 1966

O Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das atribuições e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2.483-66, resolve:

N.º 32 — Dispensar, a pedido, de acordo com o artigo 77 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, Helena Emília Martins Alvarenga, Oficial de Administração, nível 14-B, do Quadro de Pessoal da Administração Central, da função gratificada de

COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS

ção Central, da função gratificada de Chefe da Turma de Arquivo, símbolo 6-F, do mesmo Quadro.

PORTARIA DE 11 DE ABRIL
DE 1966

O Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das atribuições e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2.981-66, resolve:

N.º 36 — Dispensar, a pedido, de acordo com o artigo 77 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, Elza Barros Marcondes de Siqueira,

Oficial de Administração, nível 16-C, do Quadro de Pessoal da Administração Central, da função gratificada de Chefe da Turma de Protocolo, símbolo 6-F, do mesmo Quadro. — *Sebastião Aguiar Ayres.*

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL
DE 1966

O Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, resolve:

N.º 39 — Designar Hélio Pinto Pereira — Oficial de Administração,

classe B, nível 14, do Quadro de Pessoal da Administração Central, para exercer a função gratificada de Chefe reira — Oficial de Administração, nível da Seção de Protocolo e Arquivo, símbolo 3-F, do mesmo Quadro, em vaga decorrente da dispensa de Alzira de Abreu Ferreira.

N.º 41 — Designar Jerocílio Gueiros — Estatístico, classe B, nível 20, do Quadro de Pessoal da Administração Central, para exercer a função gratificada de Chefe da Seção de Cadastro, símbolo 2-F, do mesmo Quadro, em vaga decorrente da dispensa de Juacy Rodrigues. — *Sebastião Aguiar Ayres.*

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ATO DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Artigo 24, alínea "d", do Regimento Interno

FAP n.º 130, de 25.2.66 — Nomeando Thyrso Gonzalez Almúña, Engenheiro, classe "C", para exercer o cargo em Comissão, Símbolo C.4, de Chefe do Setor Agropecuário II da Divisão Agropecuária do Departamento de Projetos.

— Processo n.º 691-66.

— Art. 15, § 1.º do E.F.B.N.D.E.

FAP n.º 146-66, de 4.3.66 — Exonerando Aldé Lourdes Einloft Abreu do cargo de Tradutor, Interino, do Quadro do Pessoal do Banco.

— Art. 17, § 4.º, do E.F.B.N.D.E.

— Proc. n.º 10.618-64.

FAP n.º 147-66, de 4.3.66 — Nomeando Hedy Helena de Menezes Pereira para exercer o cargo de Tradutor, classe "C", do Quadro de Pessoal do Banco, em vaga decorrente da exoneração de Aldé Lourdes Einloft Abreu. Nomeação feita pela ordem de classificação em concurso público,

MINISTÉRIO DA FAZENDA

realizado pelo DASP sob n.º 677, cujo resultado final foi publicado no D. O. de 24.1.66, homologado em 29.12.65 e publicada a homologação no D. O. de 19.1.66.

— Art. 9.º, parágrafo único, do E.F.B.N.D.E.

— Proc. n.º 10.618-64.

FAP n.º 163, de 11.3.66 — Nomeando Renato Wood para exercer o cargo em Comissão, símbolo C.4, de Assessor para Assuntos Siderúrgicos, junto à Divisão de Indústrias Siderúrgicas do Departamento de Projetos, criados pela Resolução n.º 207-66, do Conselho de Administração. — Processo n.º 691-66.

— Art. 15 do E.F.B.N.D.E.

— Item II do art. 2.º da Resolução n.º 207-66, do C. A.

FAP n.º 164, de 11.3.66 — Nomeando Arnaldo Perim para exercer o cargo em Comissão, símbolo C.4, de Assessor para Assuntos de Indústrias Químicas, junto à Divisão de Indústrias Químicas do Departamento de Projetos, criado pela Resolução número 207-66 do Conselho de Administração. — Proc. n.º 691-66.

— Art. 15 do E.F.B.N.D.E.
— Item I do art. 2.º da Resolução n.º 207-66 do C. A.

FAP n.º 252-66 — Nomeação para exercer o cargo em Comissão, símbolo C.6, de Secretária do Chefe do Escritório do BNDE em São Paulo.

— Art. 24, alínea "d", do Regimento Interno.

— Art. 15 do E.F.B.N.D.E.
Maria Irene de Carvalho — Auxiliar Administrativa, classe "B" e R-F de Secretária do Chefe do Escritório do BNDE em São Paulo.

FAP n.º 276-66 — Nomeação para exercer o cargo em Comissão, símbolo C-3, de Chefe da Divisão do Material e Patrimônio do Departamento Administrativo.

— Art. 24, alínea "d", do Regimento Interno.

— Art. 15 do E.F.B.N.D.E.
Camilo Gomes de Almeida, — Taquígrafo, classe "A", Chefe do Setor do Material e R-E da Divisão do Material e Patrimônio do D. A.

FAP n.º 277-66 — Exoneração do cargo em Comissão, símbolo C-4, de Chefe do Setor do Material da Divi-

são do Material e Patrimônio do Departamento Administrativo.

— Art. 24, alínea "d", do Regimento Interno.

— Art. 63, item II, alínea "a" do E.F.B.N.D.E.
Camilo Gomes de Almeida — Taquígrafo, classe "A" e R-E da Divisão do Material e Patrimônio do D. A.

FAP n.º 278-66 — Nomeação para exercer o cargo em Comissão, símbolo C-4, de Chefe do Setor do Material da Divisão do Material e Patrimônio do Departamento Administrativo.

— Art. 24, alínea "d", do Regimento Interno.

— Art. 15, § 1.º do E.F.B.N.D.E.
Expedito Maess — Assistente Administrativo, classe "B" e Substituto Eventual do Chefe do Setor do Material da DMP do D. A.

FAP n.º 279-66 — Nomeação para exercer o cargo em Comissão, símbolo C-3, de Chefe da Divisão de Serviços Gerais do Departamento Administrativo.

— Art. 24, alínea "d", do Regimento Interno.

— Art. 15 do E.F.B.N.D.E.
Hênio Rodrigues de Souza — Contador, classe "B" e R-E da Divisão de Serviços Gerais do D. A.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

O Interventor na APRJ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 55.739, de 8 de fevereiro de 1965, baixou os seguintes atos:

Portaria n.º 10.927, de 23 de março de 1966, designando os servidores José Pitta Filho, Engenheiro, nível 22-B,

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

matrícula 1.150, Miguel Tolpiakow Engenheiro, nível 22-B, matrícula n.º 7.755 e Fernando Cláudio Costa de Oliveira, Engenheiro, nível 21-A, matrícula n.º 9.344, para, sob a presidência do primeiro constituírem a

Comissão de Concorrência Administrativa n.º 20-66, que ficará incumbida de receber as propostas para reparação de 2.900 m2 (dois mil metros quadrados) de revestimento externo do prédio da Vila Portuária

"Presidente Dutra", na Rua da América, esquina da Rua Barão da Gamba, a realizar-se às 15:00 horas do dia 31 de março de 1966, na sala de reuniões do Departamento de Engenharia, sito na Avenida Rodrigues Alves n.º 10 — 2.º andar.

Portaria n.º 10.928, de 24 de março de 1966, designando os servidores José Pitta Filho, Engenheiro, nível 22-B, matrícula n.º 1.150, Marcos Mayc-

— As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

Órgão destinado à publicação da administração descentralizada

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior:

Semestre . . . Cr\$ 6.000

Ano Cr\$ 12.000

Exterior:

Ano Cr\$ 13.000

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior:

Semestre . . . Cr\$ 4.500

Ano Cr\$ 9.000

Exterior:

Ano Cr\$ 10.000

parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de

continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

— O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicado, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 5 se do mesmo ano, e de Cr\$ 10 por ano decorrido.

hoffer Rissin, Engenheiro, nível 21-A, matrícula n.º 9.346 e Fernando Cláudio Costa de Oliveira, Engenheiro, nível 21-A, matrícula n.º 9.344, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Concorrência Administrativa n.º 22-66, que ficará incumbida de receber as propostas para as obras de reforma e ampliação do prédio da escola da Vila Portuária — "Presidente Dutra" a realizar-se às 15:00 horas do dia 1.º de abril de 1966, na sala de reuniões do Departamento de Engenharia, sito na Avenida Rodrigues Alves n.º 10 — 2.º andar.

Portaria n.º 10.930, de 24 de março de 1966, aplicar a pena de Suspensão por 15 (quinze) dias aos servidores Raymundo Américo de Paula, Pedreiro, nível 8-A, matrícula n.º 6.321; Martinho José Antunes, Carpinteiro, nível 10-C, matrícula n.º 5.492; Hélio Lourenço, Carpinteiro nível 8-A, matrícula n.º 7.610, Gilberto Lins do Nascimento Pedreiro, nível 8-A, matrícula n.º 6.253; Geraldo Evaristo Alves, Pedreiro, nível 9-B, matrícula n.º 5.240 e Sebastião Muniz Coelho Carpinteiro, nível 9-B, matrícula número 5.966 e Augusto Martins Netto, Bombeiro Hidráulico, nível 10-B, matrícula n.º 3.829, 30 (trinta) dias, todos lotados na Divisão de Engenharia Civil, conforme despacho do Sr. Interventor, datado de 4 de março de 1966, no processo n.º 3.462-66.

Portaria n.º 10.931, de 24 de março de 1966, remover da DA-DM-S Ex para DE/DM-A a servidora Ney Lisboa Villela, Escriturária, nível 10-B, matrícula n.º 6.197.

Portaria n.º 10.932, de 24 de março de 1966, designando os servidores Anílio Castello Branco, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula número 79, Edmundo de Carvalho Almeida, Conferente, nível 18, matrícula n.º 8.979 e Hostílio Lopes Jund, Conferente, nível 18, matrícula número 5.465, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito, que ficará incumbida

de prosseguir na apuração do fato objeto do processo n.º 7.270-64.

Portaria n.º 10.933, de 24 de março de 1966, designando os servidores Hélio de Lima e Silva, Engenheiro, nível 21-A, matrícula n.º 7.880, Miguel Tolpiakow, Engenheiro, nível 22-B, matrícula n.º 7.755 e Adyr Dêmetrio Pinheiro, Conferente, nível 18, matrícula n.º 6.173, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Concorrência Administrativa n.º 21-66, que ficará incumbida de receber as propostas para fornecimento de mão de obra, até o máximo mensal de:

Mecânico de Motores a Explosão — 8;
Caldereiro — 5;
Soldadores — 4;
Fundidores-moldadores — 4;
Torneiros — 3;
Ferreiros — 4;
Eletricistas enroladores — 6;
Eletricistas de Viaturas — 5;
Eletricistas Instaladores de alta e baixa tensão — 8;
Mecânicos montadores — 1.

A referida mão de obra será empregada na recuperação e manutenção de equipamentos mecânicos e elétricos, em dependências da Divisão de Engenharia Mecânica e Elétrica, ficando limitado em Cr\$ 42.000.000 (quarenta e dois milhões de cruzeiros) o valor máximo global, a realizar-se às 15:00 horas do dia 29 de março de 1966, na sala de reuniões do Departamento de Engenharia — Avenida Rodrigues Alves n.º 10 — 2º andar.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

PORTARIAS

O Interventor na Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal — usando das atribuições que lhe conferem o Decreto-lei n.º 9.612, de 21 de agosto de 1946 e a Portaria n.º 55.150, de 4 de dezembro

de 1964, baixa as seguintes portarias:

N.º 1, de 5 de janeiro de 1966 — Tendo em vista a comunicação da Divisão de Fiscalização Controle e Estatística, datada de 30 de dezembro de 1965 — expediente D.F.CE-1.749-1 — segundo a qual o Escriturário Jorge Ivan Veloso, lotado naquela Divisão, durante o lanche do dia 29 do corrente mês, virou uma das mesas do salão, respondendo aciosamente ao servidor encarregado pelos Serviços do Refeitório logo após o seu ato indisciplinar;

Considerando ainda, que a sua atitude configura falta grave capitulada no Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis da União, resolve suspender o referido servidor por 15 (quinze) dias, com perda total dos seus vencimentos, consoante os termos do art. 205 da Lei n.º 1.711-52, sem prejuízos do ressarcimento da quantia de Cr\$ 2.805, relativos aos danos materiais causados, conforme levantamento feito pelo Setor competente.

N.º 2, de 6 de janeiro de 1966 — Tendo em vista o que consta da comunicação de bordo do navio "Anna Nery" protocolado sob o n.º 13.395-65, de que o Atendente de Cozinha contratado Vandival Bonifácio Costa, não se portou com o devido respeito aos seus superiores hierárquicos, tendo se apresentado a bordo do referido navio com sintomas de embriaguez, desacatando com palavras de baixo calão e desobedecendo as ordens recebidas, demonstrando com esse ato ser portador de baixo teor educacional resolve rescindir o contrato do trabalho do referido contratado, por falta grave.

N.º 3, de 6 de janeiro de 1966 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Pintor de 1ª Classe, Haroldo Corrêa dos Santos, em virtude de seu falecimento ocorrido em 13 de dezembro de 1965.

N.º 4, de 6 de janeiro de 1966 — Resolve exonerar o médico Orestes

Alexandrino Cruz do cargo em comissão de Chefe da Seção Médica da Frota, nomeando-o para exercer o cargo, também em comissão, de Chefe da Divisão de Medicina Social, do Departamento de Administração.

N.º 5, de 6 de janeiro de 1966 — Resolve nomear o médico Adherbal Codá, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção Médica da Frota.

N.º 6, de 14 de janeiro de 1966 — Tendo em vista que reconhecidamente em informações prestadas pela D. M.S. não exista assistência social aos servidores e nem pode, por consequente, ser desempenhada nos termos unicamente da Portaria n.º 147 de 30 de março de 1962, tendo em vista, ainda, que não é possível a Costeira ter serviço de Assistência Social, organizado e eficiente, de acordo com a técnica e observância dos princípios que regem a disciplina dessas atividades, hoje consideradas privativas de profissionais de nível superior, resolve tornar sem efeito a Portaria número 147, de 30 de março de 1962, por ser inoperante e não se conformar com a legislação vigente.

N.º 7, de 14 de janeiro de 1966 — Tendo em vista o extravio de 1.000 táboas de pinho embarcadas no "Rio Canibaribe" — Vgm 19, com destino a Fortaleza.

Considerando ainda, tratar-se de mercadoria volumosa e imperecível, resolve determinar abertura de inquérito administrativo para que esta Autarquia possa apurar a causa, bem como as responsabilidades no referido extravio, nomeando a comissão abaixo, sob a presidência do primeiro: 1) Procurador Cyro Guimarães Rieken; 2) Conferente de Carga — Antônio de Sá Fernandes Brito; 3) Oficial de Administração — Ayrton Andrade Felizola.

N.º 8, de 14 de janeiro de 1966 — Tendo em vista que o 2.º Comissário José Maria dos Santos Costa, que havia sido indicado membro da Co-

missão de Inquérito designado pela Portaria n.º 358, de 30 de novembro de 1965, encontra-se em viagem, embarcado no paquete "Ana Nery", resolve substituí-lo na referida Comissão pelo 2.º Comissário Carmello Rodrigues Lima.

N.º 9, de 14 de janeiro de 1966 — Atendendo o que requereu o 2.º Piloto do quadro de mar — Jarbas Carvalho Lima, assistido pelo seu Sindicato de classe — processo n.º 17.696 de 1965; resolve conceder-lhe exoneração do quadro de servidores desta Autarquia, a partir de 19 de janeiro de 1966.

N.º 10, de 18 de janeiro de 1966 — Tendo em vista o que requereu o Carvoeiro — Jorge Pires, assistido por seu Sindicato de Classe. (Processo n.º 597-66). — Resolve conceder-lhe exoneração do quadro de servidores desta Autarquia.

N.º 11, de 18 de janeiro de 1966 — Tendo em vista o que requereu o 1.º Condutor maquinista — José do Espírito Santo, em 20 de dezembro de 1965, resolve conceder-lhe exoneração do quadro de servidores desta Autarquia.

N.º 12, de 21 de janeiro de 1966 — Tendo em vista as conclusões que chegou a Comissão de Inquérito, instituída pela Portaria n.º 271, de 26 de agosto de 1965, resolve declarar isento de culpa o maquinista José Manoel Vieira.

Aplicar ao Comissário Francisco Antônio Vidal, tendo em vista ser boa a sua folha funcional, a pena de repressão, por escrito por falta de cumprimento de seus deveres, na forma dos artigos 201, item I e 204, do D.F.P.C.U., combinados com o artigo 194, I do mesmo estatuto.

Aplicar ao Cozinheiro José Caetano da Silva, dado a gravidade da falta cometida e por ser ele reincidente em faltas disciplinares, a pena de suspensão por 30 dias, convertidos em multa, na forma do artigo 205 combinado com o item II do artigo 201 parágrafo único do artigo 205, da Lei n.º 1.711-52, devendo, ainda esse servidor indenizar a Costeira da Importância equivalente dos gêneros desviados, na forma do § 1.º do artigo 197 da Lei n.º 1.711-52.

N.º 13, de 25 de janeiro de 1966 — Resolve exonerar o Comandante — Jorge Aguiar Cardoso do cargo em comissão de Inspetor da Frota, nomeando-o para exercer o cargo, também em comissão, de Sub-diretor do Departamento de Navegação.

N.º 14, de 25 de janeiro de 1966 — Resolve nomear o Comandante — José Santos de Albuquerque para exercer o cargo em comissão de Inspetor da Frota.

N.º 15, de 25 de janeiro de 1966 — Resolve exonerar o Oficial de Administração — Paulo Massiere de Yparaguire do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete do Departamento de Administração, nomeando-o para exercer o cargo, também em comissão, de Assistente do Departamento de Navegação.

N.º 16, de 26 de janeiro de 1966 — Atendendo o que requereu o 3.º Maquinista-Motorista — Ivanildo Ludgero da Silva, assistido por seu Sindicato de classe (processo n.º 126-66). — Resolve conceder-lhe exoneração do quadro de servidores desta Autarquia a partir de 4 de janeiro de 1966.

N.º 17, de 26 de janeiro de 1966 — Tendo em vista o requerido pelo imediato — Walter de Sá Leitão, conforme processo protocolo sob o n.º 192 de 5 do corrente mês, resolve conceder-lhe exoneração do quadro de servidores desta Autarquia.

N.º 18, de 26 de janeiro de 1966 — Resolve tornar sem efeito a designação da Comissão instituída pela

Portaria n.º 374, de 21 de dezembro de 1965, constituindo a Comissão abaixo sob a Presidência do primeiro: 1) Procurador: Dr. Carlos Cipriani; 2) Conferente Luiz Dias Pereira; 3) Técnico de Administração em Transporte Marítimo João Ernesto da Silva.

N.º 19, de 31 de janeiro de 1966 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Armazenista, lotado na Divisão de Material, com os proventos de cargo em Comissão de Chefe de Seção, Joaquim Feljó Sobrinho, que foi aposentado nos termos da Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com a de n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. (Artigos 176, item II e 184, item III).

N.º 20, de 31 de janeiro de 1966 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Mestre, lotado no Departamento de Construção Naval, Alberto Pereira, que foi aposentado nos termos da Lei n.º 1.162 de 22 de julho de 1950, combinada com o item II dos artigos 176 e 184, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

N.º 21, de 31 de janeiro de 1966 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Técnico de Administração em Transporte Marítimo lotado na Divisão de Compras, Moacyr Brando Barbosa, que foi aposentado nos termos da Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com a de n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Artigos 176, item II e 184, item II).

N.º 22, de 31 de janeiro de 1966 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Técnico de Administração em Transporte Marítimo, com os proventos do cargo em comissão de Assistente do Departamento de Construção Naval, Armando Barcellos, na conformidade dos artigos 176, item II e 184, item III, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinada com a de n.º 1.162, de 22 de julho de 1950.

CONSELHO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Ata da 254.ª Reunião, Ordinária, do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, realizada no dia nove de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco.

Conselheiros presentes:

Carlos Theophilo de Souza e Mello, Presidente.

Luís Clóvis de Oliveira — DG/DNPVN.

Waldomiro Rocha — BNDE.

Léo Magarinos de Souza Leão — CMM.

Julio Nogueira Júnior — MM.

Waldo Mário da Costa Araújo — CNT.

Joaquim Xavier da Silveira — FAC.

Benjamin Eurico Cruz — MTPS.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, situada na Praça Mauá número dez, nesta cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a ducentésima quinquagésima quarta reunião, ordinária, do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, sob a presidência do Engenheiro Carlos Theophilo de Souza e Mello e com a presença dos Conselheiros acima mencionados. Ata — E' lida, debatida e posta em votação é Aprovada a Ata da 253.ª Reunião, Ordinária. Comunicações — O Conselheiro Diretor-Geral volta a tratar sobre o aumento de tarifa no porto de Santos solicitado pelo Concessionário e respectiva documentação apresentada. Entende ser necessária a apresentação das folhas de pagamento de pessoal da CDS devidamente certificada pelo Chefe do Distrito local. Quanto ao prazo de vigência da tarifa majorada, entende não haver nenhum problema a respeito, de vez que o Conselho Nacional de Política

Salarial autorizou o aumento a partir de 1.º de janeiro de 1966 sem determinar a data em que esse aumento pode vigor. Essa data ficará naturalmente, na dependência da concessão do aumento de tarifa destinado a cobrir a despesa correspondente. Informa ainda, que o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis continua até hoje, sem receber comunicação oficial do CNPS sobre o assunto. Em aparte o Conselheiro Benjamin Eurico Cruz (MTPS) informa que aquele Conselho, através de seu Secretário Executivo, prometeu enviar ainda hoje, referida comunicação. O Conselheiro Xavier da Silveira (FAC) trata do artigo publicado em "O Globo", de 8-12-65 sob o título "Desenvolvimento Econômico sem Transportes de Eugênio Gudin, onde se verifica que as despesas com taxas portuárias estão muito acima de 10% do total da despesa do transporte marítimo. Ainda o Conselheiro Xavier da Silveira (FAC) transmite as seguintes solicitações: todas endereçadas à Administração do Porto do Rio de Janeiro: 1.º — o Sindicato dos Armadores solicita ainda, revisão na cobrança da taxa de eletricidade cobrada pela APRJ, muitas vezes superior às cobradas pela Rio Light S.A., obrigando aos armadores utilizar energia dos próprios navios, 3.º — que seja permitido o ingresso de fiscais de armadores aos casis para fiscalização de serviços em realização a bordo dos navios aos sábados e domingos, sem o pagamento de uma taxa de abertura de portão que vem vigorando até hoje. O Conselheiro Waldomiro Rocha (BNDE) comunica que a Diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico aprovou relatório referente ao problema do sal, inclusive quanto à construção dos portos salineiros e equipamentos portuários. Esclarece o Diretor-Geral que nesse relatório consta como sendo de 5 km a distância da costa em que se localizará um teleferico; entretanto pelas cartas náuticas existentes no país isso só seria possível a 21 km de Arica, Branca e a 19 km de macau para que fosse atingida uma profundidade de 10 m. O Conselheiro Waldo Araújo (CNT) fala sobre o Decreto do Poder Executivo alterando a estrutura do GEIPOT, integrando-o no Conselho Nacional de Transportes, e, estabelecendo vinculações com as diferentes autarquias do MVOP para exame dos investimentos em cada setor. O Presidente após distribuir a todos os Conselheiros cópia da Lei n.º 4.860, de 26-11-65, que deverá ser regulamentada dentro em breve neste Conselho; Lei n.º 4.858, de 26 de novembro de 1965 dispondo sobre as atribuições da Comissão de Marinha Mercante na área portuária, além dos trabalhos apresentados pelo próprio Presidente e pelo Conselheiro Xavier da Silveira (FAC) relativo ao projeto de modificação do decreto que dispõe sobre o Regime Econômico e Financeiro dos Portos. Faz ainda distribuir a relação Programa de Aplicação de Recursos do Fundo de Melhoramento de diversos portos fixando a data de 14 do corrente mês para início da discussão e votação da matéria, juntamente com os recursos do Fundo Portuário Nacional. Fala ainda o Presidente sobre a situação do Porto de Ilhéus, hoje sob Intervenção. Informa que o processo propondo a encampação no porto foi enviado ao Conselho, entretanto, torna-se necessário estudar não só sobre o aspecto da encampação, como das possibilidades de rescisão por inadimplência de contrato ou retorno das instalações ao concessionário. Ordem do Dia — O Conselheiro Benjamin Cruz (MTPS) apresenta parecer verbal ao processo CNPVN-612-65 referente à solicitação de aforamento de terreno de marinha localizado na Av. Osvaldo Cruz, Estado da Guanabara. Tendo o Conselho já deliberado que aquele logradouro

CONSTRUÇÃO CIVIL

LEI Nº 4.864 — DE 29-11-65

Cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil.

DIVULGAÇÃO Nº 955

PREÇO: Cr\$ 160

A VENDA:

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves n.º 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D. I. N.

não interessa à área portuária, propõe, e o plenário aprova por unanimidade que se opine favoravelmente ao que foi solicitado, naquilo que diz respeito às atribuições do DNPVN (Resolução nº 254.1-65). O mesmo Conselheiro apresenta parecer verbal ao processo CNPVN-304-65, referente a Termo de Comodato firmado com o Governo do Estado da Paraíba para cessão de material ferroviário do DNPVN à Administração do Porto de Cabedelo. Recordando que a natureza desse Termo decorre de Resolução do Conselho número 220.1-65 e, considerando que as suas cláusulas podem ser aceitas pelo plenário propõe aprovação do Termo em questão. Posta em debate e votação a proposta é aprovada por unanimidade (Resolução 254.2-65). Com a palavra o Conselheiro Waldo Araújo (CNT) volta a tratar do processo CNPVN-641-65 referente a Termo de Ajuste firmando com a Sondotécnica — Engenharia de Solos S.A. para execução de sondagens e medições de recalque no porto de Belém. Lembra que o julgamento deste processo foi transferido para a reunião de hoje, tendo em vista as necessidades de maiores esclarecimentos por parte da Comissão de Concorrência que examinou as propostas. Com a presença do Engenheiro Carlos Roberto Magalhães Carneiro, convocado pelo Presidente e presente a esta reunião, o Conselheiro Relator faz diversas indagações que são prontamente respondidas. Esclarece o Engenheiro Carlos Roberto que naquele porto vem ocorrendo fenômenos, cujas causas precisam ser determinadas com urgência sem o que, estaria o Departamento correndo o risco de uma despesa muito maior com obras de grande vulto. Satisfeitos os Conselheiros com os esclarecimentos prestados, retira-se o Engenheiro Carlos Roberto e o Relator propõe que se aprove o Termo em questão. Posto em debate e votação o voto é aprovado por unanimidade (Resolução nº 254.3-65). E nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra os trabalhos, dos quais, para constar, eu, *Márcio Maynart Ramos*, Chefe da Secretaria do CNPVN, lavrei a presente Ata que lida, e achada conforme por todos, vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros presentes. — Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1965.

Ata da 255ª Reunião Ordinária, do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, realizada no dia quatorze de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco

Conselheiros presentes: Carlos Theophilo de Souza e Mello, Presidente — Luís Clovis de Oliveira — DG/DNPVN — Waldomiro Rocha — BNDE — Léo Magarinos de Souza Leão — CMM — Júlio Nogueira Júnior — MM — Waldo Mário da Costa Araújo — CNT — Joaquim Xavier da Silveira — FAC.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, situada na Praça Mauá número dez, nesta Cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a ducentésima quinquagésima quinta reunião ordinária, do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis sob a Presidência do Engº Carlos Theophilo de Souza e Mello e com a presença dos Conselheiros acima mencionados. Ata — Lida, debatida e posta em votação, é aprovada a Ata da 254ª Reunião Ordinária — Comunicações — O Presidente tece rápidas considerações sobre resolução da Organização dos Estados Americanos, dispondo normas referentes à movimentação nos portos de navios movidos a energia nuclear. Fala ainda quanto ao texto da Circular nº 22, de 7-1-65, do Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil dispondo sobre a formação do Fundo de Reserva para 1966 na base de 20% do Orçamento apro-

vação. Em aparte o Conselheiro Diretor-Geral, considerando que a verba destinada ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis representa apenas 5% do Orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, vai solicitar ao Ministro da Viação que esse Fundo de Reserva deixe de incidir sobre as dotações consignadas ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. — Ordem do Dia — Face a ausência do Conselheiro-Relator é adiado o julgamento do processo CNPVN-676-65. Com a palavra o Conselheiro Waldo Araújo (CNT), lê seu parecer ao processo CNPVN-623-65, referente a construção de silos por Moimho Sul Mineiro S/A no porto de Angra dos Reis. Esclarece o Relator que o assunto vem de há muito sendo estudado pelo Departamento, que levantou a possibilidade da obra ser realizada pelo DNPVN incorporando-a ao patrimônio do porto. Conclui opinando pela aprovação da construção solicitada desde que, realizada na área para esse fim reservada pelo DNPVN e que a amortização do investimento se faça com a redução de 50% nas taxas de capatazia e armazenagem em favor da firma requerente. Julga para isso ser necessária a lavratura de um convênio entre a Administração do Porto de Angra dos Reis e o Moimho Sul Mineiro, convênio este, que deverá ser submetido a aprovação do CNPVN. Esclarece o Conselheiro Diretor-Geral, existir naquele local um silo de propriedade do Moimho Sul Fluminense, atualmente sem utilização. Levanta a possibilidade de aproveitamento desse silo e, para melhor estudar a matéria sob este novo aspecto pede e obtém do plenário vista do processo. A seguir o mesmo Conselheiro apresenta parecer ao processo CNPVN-319-64 referente a modificação do Orçamento do DNPVN para 1965, permitindo reforçar as verbas relativas a "Iluminação, força motriz e gás" e "Diárias." Considerando as razões apresentadas pelo Diretor-Geral ao encaminhar o assunto ao Conselho propõe o Relator, que o plenário aprove a solicitação. Posto em debate e votação é aprovado por unanimidade o voto do Relator (Resolução nº 255.1-65.) Em seguida o Conselheiro Waldomiro Rocha (BNDE) apresenta parecer verbal ao processo CNPVN-342-64, referente a utilização parcial de armazém do DNPVN, localizado em Corumbá, MT, pela Alfândega, para instalação do serviço de fiscalização de passageiros e depósito de mercadorias. Ressalta o Relator que o imóvel está cedido sob comodato ao Serviço de Navegação da Esquadra do Prata que, ao que se presume, irá restituí-lo ao DNPVN. Dessa suposição é que originou o pedido da Alfândega. Considerando a informação de que o porto se ressentia de uma instalação para sua administração e que o armazém é necessário para os serviços de armazenagem do Departamento no caso de exploração econômica do porto opina o Conselheiro, contrariamente ao que foi solicitado. Posto em debate e votação o Conselho aprova o parecer denegando o pedido da Alfândega de Corumbá (Resolução nº 255.2-65.) Continua o mesmo Conselheiro para apresentar seu parecer verbal ao processo CNPVN-574-65, referente a Tomada de Contas do Porto de São Sebastião, em São Paulo. Considerando os pareceres favoráveis do DNPVN e da Assessoria do CNPVN propõe aprovação para referida Tomada de Contas. Posto em debate e votação o parecer é aprovado pelo plenário (Resolução nº 255.3-65.) — Considerando a urgência do assunto e com assentimento unânime do plenário, o Presidente, determina a inclusão em pauta de hoje do processo CNPVN-679-65, autorizando em seguida ao Conselheiro Waldomiro Rocha (BNDE) a apresentar seu relatório. Trata o processo da solicitação que faz o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, con-

cessionário dos serviços portuários de Rio Grande, de vinculação de parte do Fundo de Melhoramento daquele porto, a partir de 1967 a um contrato de financiamento a ser firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para construção de frigorífico com capacidade estática de 6.000 toneladas. Esclarece o Relator que o valor do financiamento do BNDE é de Cr\$ 400 milhões, para o qual foi solicitado um acréscimo no montante de Cr\$ 1.300 milhões. Considerando os pareceres favoráveis dos órgãos próprios do DNPVN, propõe o Relator que o Conselho aprove uma resolução favorável à vinculação solicitada no Fundo de Melhoramento do Porto do Rio Grande para ocorrer os compromissos decorrentes do novo contrato de financiamento com o BNDE nos montantes necessários a cobrir as parcelas dos compromissos correspondentes. Propõe ainda que os valores incidentes nessa vinculação sejam constantes do Termo de Contrato a ser firmado. Posta em debate e votação a proposta é aprovada por unanimidade (Resolução número 255.4-65.) A seguir os Conselheiros tecem considerações sobre os processos referentes a aplicação dos recursos do Fundo Portuário Nacional e do Fundo de Melhoramento dos Portos organizados. Discordam em princípio, dos critérios adotados mas, face ao adiantado da hora transferem o julgamento para a reunião subsequente. E nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião de hoje. Para constar eu, *Márcio Maynart Ramos*, Chefe da Secretaria do CNPVN, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme por todos, vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros presentes. — Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1965.

Ata da 256ª Reunião Ordinária, do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, realizada no dia dezois de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco.

Conselheiros presentes:

Carlos Theophilo de Souza e Mello, Presidente.
Juarez Galvão Ferreira — DG/DNPVN — Substituto.
Waldomiro Rocha — BNDE.
Léo Magarinos de Souza Leão — CMM.
Júlio Nogueira Júnior — MM.
Waldo Mário da Costa Araújo — CNT.
Joaquim Xavier da Silveira — FAC.
Benjamin Eurico Cruz — MTPS.

Aos dezois dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, situada na Praça Mauá número dez, nesta cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a ducentésima quinquagésima sexta reunião, ordinária, do CNPVN sob a Presidência do Engenheiro Carlos Theophilo de Souza e Mello e com a presença dos conselheiros acima mencionados. Ata — Lida, debatida e posta em votação, é aprovada a Ata da 255ª Reunião Ordinária. Comunicações — O Conselheiro Xavier da Silveira (FAC), congratula-se com seus pares e com os órgãos federais interessados, pelo advento da Lei nº 4.860-65 que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados. Tece considerações a respeito e informa que a referida lei atendeu a uma das grandes aspirações das classes produtoras. Continua o Conselheiro para tratar sobre os diversos projetos de financiamento para construção dos portos salineiros de Macaú e Areia Branca. Diz que os produtores de sal desejam um porto para escoar os seus produtos. Foram chamados ao Ministério do Planejamento e lá foi sugerido que essas instalações fossem feitas por iniciativa privada. Mostraram os produtores de sal na ocasião, que esta-

vam eles onerados com os investimentos que estavam fazendo na movimentação da mercadoria. Foi dito que seria dado pelo BID um empréstimo e que a SUDENE consideraria esta obra prioritária para efeito do art. 34 da Lei que aprova o Plano Diretor daquela entidade. Dessa forma não será prevista nenhuma parcela do Fundo Portuário Nacional. Esse procedimento dos produtores de sal não significa oposição à Resolução baixada pelo Conselho ao criar a Sociedade de Economia Mista para estudar, projetar e construir os portos salineiros. Diz ainda o Conselheiro Xavier da Silveira, que a Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, em levantamento que realizou em 1957, constatou que a 7 quilômetros de Macaú se atinge a uma profundidade de 10 metros. Nada sabe a respeito da distância em Areia Branca para atingir a mesma profundidade. O Presidente esclarece que essas declarações foram transmitidas ao Diretor-Geral numa reunião que houve ontem, na Escola Nacional de Engenharia, um Seminário que está sendo realizado sobre construção Naval, Portos e Marinha Mercante, o Dr. Paulo Ferraz transmitiu essas informações. O Dr. Juarez Galvão (DG/DNPVN — Substituto) comunica que o Ministro do Planejamento convocou uma reunião que se realizou no dia 23, em consequência do relatório apresentado pela Comissão Especial que estudou o assunto a pedido do BNDE. Essa Comissão estudou o problema dos portos salineiros sobre todos os aspectos e apresentou como solução de construção, 2 terminais salineiros, um em Macaú e outro em Areia Branca. O Ministro do Planejamento propôs que se fizesse uma Ata dessa reunião, de caráter resolutivo, com 4 itens, dentre os quais um, que ficava resolvido que seria formada uma sociedade privada, a qual construiria e exploraria o porto. Essa Ata será submetida à apreciação do Ministro da Viação, para resolver o assunto em definitivo. O Presidente comunica que será realizada hoje, dia 16-12-65, no IPES, uma Conferência sobre "Containers", pelo Sr. Barrie Thompson, Diretor da Moore-McCormack. O Conselheiro Xavier da Silveira (FAC) propõe e obtém aprovação unânime do plenário, que se oficie ao Sr. Márcio Maynart Ramos, ex-Chefe da Secretaria do CNPVN, registrando o agradecimento pelos relevantes serviços prestados. Ordem do Dia — Com a palavra o Conselheiro Benjamin Eurico Cruz (MTPS), relata o processo CNPVN 680-65, relativo a aforamento de terreno de marinha no Estado do Pará, com parecer favorável dos órgãos próprios do DNPVN. Propõe o Conselheiro-Relator que se opine favoravelmente naquilo que diz respeito às atribuições do Departamento. Posta em debate e votação, é aprovada unânime a proposta do Relator (Resolução nº 256.1-65). O mesmo Conselheiro passa a relatar, oralmente, o processo CNPVN 677-65, referente a levantamento de caução em favor da Cia. de Mineração e Metalurgia Brasil pela conclusão de serviços contratuais. O Conselheiro-Relator propõe e obtém aprovação unânime do plenário, que se autorize o levantamento da caução em apreço (Resolução 256.2-65). A pedido do Conselheiro Xavier da Silveira (FAC), Relator do processo CNPVN 81-64, é retirado o mesmo da pauta de hoje. Com a palavra o Conselheiro Léo Magarinos (CMM) relata o processo CNPVN 208-64, que diz respeito a pedido de reajustamento de preços dos serviços de dragagem do Canal do Junco e prolongamento do Canal de Itanópolis, contratados e executados pela Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio. O Conselheiro-Relator faz um histórico do processo e esclarece estar de pleno acordo com

o parecer do Assessor desta Conselho, Engenheiro Sebastião Medeiros, que examinou minuciosamente os diversos aspectos da questão, oferecendo conclusão precisa a respeito. Conclui o Relator seu parecer com voto favorável ao reajustamento. O Presidente coloca em votação o parecer do Conselho-Relator em duas etapas: 1ª — a aprovação do reajustamento, desde a data do pedido da flama; 2ª — se essa decisão deve merecer a homologação ministerial. É aprovada a proposta do Conselho-Relator, por maioria, com exceção do Conselho Waldo Araújo (CNT) que é de opinião que a matéria deva ser submetida à homologação do Sr. Ministro da Viação (Resolução nº 256.3 de 1965). O Conselho Waldo Araújo (CNT) apresenta relatório escrito ao Processo CNPVN 41-64, relativo à alteração no Orçamento do DNPVN-Exercício de 1964. Esclarece o Relator que esse Processo já fora anteriormente estudado pelo mesmo Conselho, havendo o Conselho na ocasião deliberado não homologar as alterações propostas, baixando o processo em diligência. Retorna agora o Processo ao Conselho com informações da Divisão Financeira do DNPVN, solicitando reconsideração da decisão anterior. Conclui o Relator esclarecendo que apesar das explicações dadas, vota contrariamente às alterações propostas. Posto em debate e votação, é aprovado por unanimidade, o voto do Relator (Resolução 256.4-65). Em seguida o Presidente distribui aos Conselheiros as diretrizes gerais para a apreciação do Plano de Aplicação de Recursos da Taxa de Melhoramento dos Portos. Por sugestão do Conselheiro Waldomiro Rocha (BNDE) é aprovada a seguinte Resolução: "As prioridades dos investimentos a serem realizados em 1966, sem preponderância de umas, sobre as outras, podem ser assim alinhadas: a) obras novas, comprovadamente básicas em cada porto atendendo prioritariamente os 8 principais portos; b) prosseguimento de obras já iniciadas, dentro do espírito da cláusula "a"; c) dragagens e d) equipamentos e instalações especializadas para graneis ou frigoríficos. (Resolução nº 256.5-65). Dado o adiantado da hora, o Presidente convoca uma reunião extraordinária para amanhã, dia 17, às 9.30 horas, para ser discutido, exclusivamente, o programa de Aplicação dos Recursos do Fundo Portuário Nacional — Exercício de 1966. Em seguida encerra a reunião de hoje, da qual para constar, eu, Hilze Leal Silva, designada pelo Presidente para secretariar a reunião, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme por todos, vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

PORTARIAS DE 13 DE ABRIL DE 1966

Nº 300-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896 de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Dispensar, a pedido, o Escriitório nível 10-B, Francisco Jesus Parente de Vasconcelos, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897 de 9 de abril de 1963, da função de substituto eventual do Chefe do Serviço de Relações Públicas da Chefia do Gabinete, desta Diretoria Geral, símbolo 4-C, o Re-

dator 19-A, Nelson Fernandes de Lontra Costa.

Nº 301-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 34 e 136, ambos do item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896 de 9 de abril de 1963 publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Designar Laurita Almeida Rios Gomes de Castro, Assistente de Administração 14-A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897 de 9 de abril de 1963, para substituir Nelson Fernandes de Lontra Costa, Redator 19-A, ocupante do cargo em comissão, símbolo 4-C, de Chefe do Serviço de Relações Públicas, do Gabinete do Diretor-Geral deste Departamento, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 (trinta) dias.

Nº 302-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896 de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Tendo em vista o disposto no artigo 77, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952 dispensar, a pedido, o Conferente Portuário 17-B, Brígido Ferreira Pinto, do Quadro da Administração do Porto de Natal, Anexo V,

aprovado pelo Decreto nº 51.897 de 9 de abril de 1963, da função gratificada, símbolo 4-F, de Fiel de Armazém, Anexo IV, do mesmo Quadro de Pessoal, por ter sido eleito Prefeito do Município de Maxaranguape, no Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 303-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 34 e 119, itens VII e XI, respectivamente, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896 de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Designar José Lino Filho, Conferente Portuário 17-B, do Quadro da Administração do Porto de Natal, Anexo V, aprovado pelo Decreto número 51.897 de 9 de abril de 1963, para exercer a função gratificada, símbolo 4-F, de Fiel de Armazém, Anexo IV do mesmo Quadro de Pessoal, da citada Administração, em vaga criada pela dispensa, a pedido, de Brígido Ferreira Filho, Conferente Portuário 17-B.

Nº 305-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896 de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Remover, a pedido, tendo em vista o disposto no art. 56, item II da Lei

nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, Nelson Varágio, Servicial nível 6, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897 de 9 de abril de 1963, do 10º D.P.V.N., em Maceió — Estado de Alagoas para o 2º D.P.V.N., em Manaus — Estado do Amazonas.

PORTARIAS DE 14 DE ABRIL DE 1966

Nº 315-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 34 e 136, itens VII e XI, respectivamente, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896 de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Designar Maria Luiza Ettencourt Paes Cardoso, Dactilógrafo 9-B, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897 de 9 de abril de 1963, para substituir Hilton Frey — Mestre Especialista 13-A, ocupante da função gratificada, símbolo 5-F, de Chefe da Secretaria do 12º D.P.V.N., em Salvador, no Estado da Bahia, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 (trinta) dias.

Nº 316-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 34, item VII e 129, item III, § 4º, do Regimento aprovado pelo Decreto número 51.896 de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Designar o Assistente de Administração, nível 14-A, Hilze Leal da Silva, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto número 51.897 de 9 de abril de 1963, para exercer a função gratificada, símbolo 5-F, de Chefe da Secretaria do 16º D.P.V.N., sediado em Santos, no Estado de S. Paulo.

PORTARIA DE 15 DE ABRIL DE 1966

Nº 320-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 34 e 136, itens VII e XI, respectivamente, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896 de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve:

Designar Antônio Francisco de Assis Pereira, Chefe da Divisão do Pessoal da Subdiretoria de Administração, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto número 51.897 de 9 de abril de 1963, para substituir de Paulo Romano Moreira, Subdiretor de Administração, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 (trinta) dias. — Almirante Laiz Clóvis de Oliveira, Diretor-Geral.

PORTARIA DE 6 DE ABRIL DE 1966

Nº 282-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, item VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, combinado com o art. 53 e parágrafo único do mesmo decreto, resolve designar o Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis, Haroldo Braga Cruzeiro e o Assistente Comercial nível 16-C, Jerônimo Pinto de Andrade, para sob a presidência do Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis, Sylvio Lopes do Couto, Presidente da Comissão de Concorrência, em virtude da Portaria nº 791-DG, de 17-10-65, do Sr. Diretor-Geral, publicada no Boletim do Pessoal da mesma data, constituírem a Comissão incumbida de receber e julgar as pro-

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Volume 35 * Fascículo 1º — janeiro de 1966 — Cr\$ 3.100

Volume 35 ** Fascículo 2º — fevereiro de 1966 — Cr\$ 2.100

Volume 35 *** Fascículo 3º — março de 1966 — Cr\$ 2.000

★

A VENDA:

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves nº 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na Sede do D.I.N.

postas, que forem apresentadas, na Tomada de Preços nº DG-CC nº 3-66, para o fornecimento e instalação de 12 (doze) aparelhos de luz fluorescente de 4 x 400 Wats, completo, tipo General Electric, com reatores simples de 40 Wats, lâmpadas fluorescentes de 40 Wats, starters, suportes, com haste de 1,40 ms, a realizar-se no dia 11 deste mês às 15 horas, na sala da Comissão de Concorrência à Praça Mauá nº 10, nesta cidade.

PORTARIAS DE 18 DE ABRIL

DE 1966

Nº 321-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, item VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve, tendo em vista o disposto no art. 56, item II, da Lei nº 1.711-52, remover *ex officio* o Dactilógrafo 7-A, Francisco das Chagas Braga de Araújo, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, do 6º Distrito de Portos e Vias Navegáveis, em Fortaleza — Estado do Ceará, para esta Administração Central.

Nº 322-DG — Tendo em vista o disposto nos arts. 127, 128, 129 e 130 da Lei nº 1.711-52, conceder e arbitrar em 1 (um) mês de vencimento, na importância de Cr\$ 101.000 (cento e um mil cruzeiros), a ajuda de custo a que tem direito o Dactilógrafo nível 7-A, Francisco das Chagas Braga de Araújo, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, removido *ex officio* do 6º DPVN em Fortaleza — Estado do Ceará para esta Administração Central, pela Portaria nº 321-DG, de 18 de abril de 1966.

Nº 323-DG — Tornar sem efeito a Portaria nº 194-DG, de 8 de março de 1966, que concede ao Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis 21 — Hélio Fausto de Souza, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, ocupante do cargo em comissão símbolo 3-C, de Chefe do 21º Distrito de Portos e Vias Navegáveis, Goiânia — Estado de Goiás, além de representar este Departamento, em Brasília — Distrito Federal, 10 (dez) diárias mensais, durante o ano em curso, por ter de se afastar, em objeto de serviço, como Representante deste Departamento, de Goiânia para Brasília — Distrito Federal.

Nº 324-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, item VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, e tendo em vista o disposto no art. 135 da Lei nº 1.711 de 1952 e Decreto nº 50.524, de 3-5-61, alterado pelo de nº 52.388 de 20-8-63, que o regulamentou, resolve conceder ao Engenheiro Chefe do 21º Distrito de Portos e Vias Navegáveis, símbolo 3-C, Hélio Fausto de Souza, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, 20 (vinte) diárias mensais, durante o ano em curso, por ter que se afastar, em objeto de serviço, como Representante deste Departamento, de Goiânia (Go) para Brasília — Distrito Federal, em substituição a Portaria nº 194-DG, de 8 de março de 1966.

Nº 325-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 34, item VII e 120 item III, § 4º, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês

e ano, resolve designar o Escriturário nível 10-F, Salomé Eliasquevitch, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, para exercer a função gratificada, símbolo 8-F, de Secretário do Chefe do 16º Distrito de Portos e Vias Navegáveis, sediado em Santos — Estado de São Paulo.

Nº 327-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, item VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve dispensar da função de Substituto Eventual do Chefe da Seção de Contratos e Concessões, símbolo 2-F, do Serviço de Controle da Divisão de Organização e Controle, da Subdiretoria de Exploração de Portos e Vias Navegáveis, deste Departamento, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 (trinta) dias, Herondina da Silva Pereira — Oficial de Administração 12-A, designado para a mesma pela Portaria nº 317-DG, de 29-5-65.

Nº 328-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 34 (item VII), 94 (item II — parágrafo único) e 136 (item VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve designar, em caráter excepcional, o Contador 20 — Hilda Ribeiro Machado, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, para substituir o Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis 21 — Marina Brazília Aranha Miranda, ocupante da função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Se-

ção de Contratos e Concessões, do Serviço de Controle, da Divisão de Organização e Controle, da Subdiretoria de Exploração de Portos e Vias Navegáveis, deste Departamento, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 (trinta) dias.

Nº 330-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, item VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve dispensar, a pedido, de conformidade com o artigo 77, da Lei nº 1.711-52, Antônio Augusto Castanho — Escriturário 8-A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, da função gratificada, símbolo 5-F, de Chefe da Seção do Material do 19º Distrito de Portos e Vias Navegáveis, designado para exercer a mencionada função pela Portaria nº 3.874-DG, de 7 de junho de 1963.

Nº 331-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 34 e 119, itens VII e XI, respectivamente, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês e ano, resolve designar o Armazenista 10-B, Ary Pereira Machado, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, para exercer a função gratificada, símbolo 5-F, de Chefe da Seção do Material do 19º Distrito de Portos e Vias Navegáveis, em Pôrto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul, por ter sido dispensado, a pedido, o Escriturário 8-A, Antônio Augusto Castanho. — *Lutz Clovis de Oliveira*, Diretor-Geral.

centos e cinco mil cruzeiros), prevista no Decreto nº 58.083, de 23 de março de 1966.

Nº 47 — Dispensar o Técnico de Administração nível 19-A, Beatriz Pimentel de Barros, da função de Assessor da Superintendência.

Nº 48 — Designar o Técnico de Administração nível 19-A, Beatriz Pimentel de Barros, para exercer a função de Diretor da Secretaria dos Conselhos da SUDEPE, criada pelo Decreto nº 58.083, de 23.3.66.

Nº 49 — Exonerar, de acordo com o art. 75, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Manoel Augusto de Oliveira, matrícula número 2.218.042, do cargo de Prático de Farmácia — P-1712-8" (Lei número 4.069-62) da SUDEPE.

PORTARIA DE 11 DE ABRIL DE 1966

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, usando da atribuição que lhe confere o art. 48 do Decreto nº 1.942, de 21 de dezembro de 1962, resolve:

Nº 60 — Designar a Escrevente Dactilógrafa nível 7, Wilma Venturotti de Oliveira Miranda, para exercer a função de Secretária do Diretor da Divisão de Pesquisas e Assistência Técnica, criada pelo Decreto número 58.083, de 23 de março de 1966.

PORTARIAS DE 14 DE ABRIL DE 1966

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, usando da atribuição que lhe confere o art. 48 do Decreto nº 1.942, de 21 de dezembro de 1962, resolve:

Nº 62 — Designar o Servente nível 5, José Pereira Reis, para exercer a função de Chefe da Turma de Limpeza do Hospital Central da Divisão de Assistência Social, prevista no Decreto nº 58.083, de 23.3.66.

Nº 63 — Designar Carmem de Souza Gomes, Oficial de Administração nível 12, José Walfredo Gontán Llopert, Assistente Comercial nível 12 e João Helleo Alves, Escriturário nível 8, para, sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades apontadas no processo C. C. P.-2.154-61.

PORTARIAS DE 20 DE ABRIL DE 1966

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, usando da atribuição que lhe confere o art. 48 do Decreto nº 1.942, de 21 de dezembro de 1962, resolve:

Nº 70 — Conceder exoneração ao Sr. Roque de Souza Penafort, do Cargo de Agente da SUDEPE em Macapá.

Nº 71 — Designar o Sr. Francisco Torquato de Araújo para exercer a função de Agente da SUDEPE em Macapá. — *Emílio Varoli*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA

RESOLUÇÃO DE 22 DE MARÇO DE 1966

O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SNDPE), usando das atribuições que lhe confere o art. 48 — inciso XII — do Decreto nº 1.942, de 21.12.1962 e tendo em vista a decisão tomada em Sessão realizada a 18 de março corrente, resolve:

Nº 6 — Autorizar a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, através de sua Delegacia Regional Nordeste Setentrional (D.R.-2) a firmar contrato de locação com D. Alda Maia de Matos Nogueira, nos moldes e dentro das condições estabelecidas pela Procuradoria Jurídica da SUDEPE, conforme o constante do processo SUDEPE nº 1.124-66. — *Emílio Varoli*, Presidente.

PORTARIAS DE 28 DE FEVEREIRO DE 1966

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, usando da atribuição que lhe confere o art. 48, do Decreto nº 1.942, de 21.12.62, resolve:

Nº 30 — Conceder dispensa da função de Assessor de seu Gabinete, ao Economista nível 22, Orlando de Almeida e Albuquerque.

PORTARIAS DE 30 DE MARÇO DE 1966

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, usando da atribuição que lhe confere

o art. 48 do Decreto nº 1.942, de 21 de dezembro de 1962, resolve:

Nº 44 — Designar o Procurador de 2ª Categoria, João Pinheiro de Lima para exercer a função de Procurador Geral da SUDEPE, criada pelo Decreto nº 58.083, de 23.3.1966.

Nº 45 — Dispensar o Inspetor de Caça e Pesca nível 13-A, José Tavares (aposentado), da função de Assessor de Gabinete do Superintendente com a gratificação de Cr\$ 270.000, prevista no Decreto nº 56.505 de 25 de junho de 1965.

Nº 46 — Designar o Inspetor de Caça e Pesca nível 13-A, José Tavares (aposentado), como Assessor de Gabinete do Superintendente, com a gratificação de Cr\$ 405.000 (quatro-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 3 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1965

O Vice-Presidente em Exercício da Universidade Federal de Pernambuco — no uso de atribuições de sua competência e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Ministro da Educação aprovando a Tabela de Pessoal Temporário desta Universidade, para o

exercício de 1965, conforme publicação no D.O. de 21-9-65, página nº 2.785, resolve:

Determinar a admissão a partir de 21-9-65, mediante contratos individuais de trabalho para vigorar até 31-12-65, na forma prevista nos artigos 23 e 26 da Lei nº 3.780-60, os servidores constantes da relação seguinte:

UNIDADE	FUNÇÃO	SALÁRIO	NOME
Reitoria	Encarregado de Almozarife	100.000	Luiz Gonzaga de Melo Reis
	Auxiliar Administrativo	100.000	Ângela Maria Monteiro de Barros Lins Marcos Antônio Carneiro Leão
	Auxiliar de Escritório	80.000	Abrahão Montarroyos de Oliveira Aderbal Moreira Bezerra Darci Maria de Souza B. da Rocha Edinilton Jose de V. Aquino Elinor Emanuel Felipe Luiz Gomes e Silva Fernando Nicolau da Silva Fernando J. Costa Georgina Pessoa Tavares Figueira Hebe Pessoa de Queiroz C. da Cunha Isa Menezes Lins João Carlos Cabral de Melo Jose Guilherme Serpa Coêlho Lenira Maria V. C. de Albuquerque Leticia de Andrade Baltar Lucia Pitta Marinho Lucio Flávio V. Costa Marcílio José Costa Pinto Marcílio Jose Gonçalves Pereira Martha Valença Calabria Maria Aparecida M. de Azevêdo Maria Artur Fossêca Figueirêdo Maria do Carmo C. de V. Silva Ferreira Maria dos Prazeres P. de Albuquerque Maria Lima Frota Alves
Reitoria	Auxiliar de Escritório	80.000	Maria Regina de Melo Peregrino Maria Tereza Loureiro Alves Nair de Almeida Braga Plácido Mendes de Lima Regina Maria Santa Cruz Caldas Ridete Rêgo Barros Monteiro
	Oficial Serv. de Impressão	80.000	Abelardo Rosendo Ferreira Antônio Siqueira da Silva Julio de Cristo Leal Moacir Araujo Medeiros Walter Pinho Pires
	Condutor de Veículos	60.000	Amaro José dos Santos Jose Irineu Alves da Silva Severino Jose da Silva
	Serv. de Escritório	66.000	Adeildo Rafael de Lima Jose Gomes de Andrade Maria das Neves Santana da Silva Paulino Rodrigues Nepomuceno
	Serv. de Escritório	66.000	Edmilson José Dizeu Fragoso Florentino Rocha C. de Oliveira Jose Apolônio dos Passos Jose de Souza Lima Manoel Marques de Barros Olavo Quirino da Silva
Faculdade de Direito	Serv. de Escritório	66.000	
Faculdade de Filosofia	Auxiliar de Escritório	80.000	Lúcia Maria Dias de Freitas Maria da Conceição da Silva Souza Salomita da Cunha Lopes Villar Zania Regina Sandes Carneiro
Faculdade de Filosofia	Ajudante de Biblioteca	70.000	Margarida Maria Fernandes Marluce Teixeira Marinho
	Servente de Escritório	56.000	Gaspar Brederodes de M. Vasconcelos
	Vigilante	80.000	Job Ferreira da Silva Joel de Barros Costa
Escola de Belas Artes	Auxiliar de Escritório	80.000	Paulo Roberto Cabral de Melo
	Ajudante de Biblioteca	70.000	Maria de Fátima Dantas P. Moreira
	Vigilante	80.000	João Porfirio de Moura
Escola de Engenharia	Aux. Administrativo	100.000	Edileuza Vidal de Vasconcelos
	Auxiliar de Escritório	80.000	Eutímia de Oliveira Lima Joel Florentino da Silva Ligia Sodre da Mota Neide Maria de Freitas Cardoso

UNIDADE	FUNÇÃO	SALÁRIO	NOME
Escola de Geologia Escola de Geologia Escola de Química	Ajudante de Biblioteca	70.000	Maria Helena da Silva Miriam Rushansky
	Encarregado de Alunos	70.000	Cícero Alexandre da Trindade
	Serv. de Escritório	66.000	Joaquim Felix da Silva Natanael Albuquerque Cavalcanti
	Fazineiro	66.000	David Antônio da Silva Manoel Jose Gomes
	Exec. de Serviços Lab.	66.000	José Luzo dos Santos
	Auxiliar de Escritório	80.000	Ana Regina do Amaral Valença
	Vigilante	80.000	João Barros
	Aux. Administrativo	100.000	Jetro Bernardo de Souza
	Aux. de Escritório	80.000	Edílio Melo de Carvalho Dea Valente Pereira Rêgo
	Operário Eletricista	80.000	Lídio Pereira de Almeida
Escola Superior de Administração	Condutor de Veículos	80.000	Antônio Pereira da Silva
	Serv. de Escritório	66.000	Armando José do Espírito Santo Jeremias Ramos da Silva Manoel Gonçalo Ferreira
	Vigilante	80.000	Jose Barbosa Sobral
	Auxiliar de Escritório	80.000	Josino Felipe Barbosa Lúcia Oliveira Ramos da Ponte Oscar Leopoldo de Souza Sônia Cavalcanti Lyra
Inst de Investigações Bioquímicas	Auxiliar de Escritório	80.000	Maria Genelice Lins de Moura
	Condutor de Veículos	80.000	Armando José Guilherme de Lima
	Ajudante de Biblioteca	70.000	Maria do Rosário Magalhães
	Fazineiro	66.000	Inácio de Santana Correia
	Servente Hospitalar	66.000	Antônio José Gomes Neto Edgar de Souza Luiz Carlos Gomes
Instituto de Geologia	Auxiliar de Escritório	80.000	Tereza Cristina Bezerra Maciel
	Condutor de Veículos	80.000	Arnaldo do Carmo Rangel
	Exec. Serv. de Laboratório	66.000	Milton da Silva Coutinho
Inst. de Física e Mat	Auxiliar de Escritório	80.000	Diva Arôxa Marques Eneida Lino Cavalcanti José Carlos de Moura
	Serv. de Escritório	66.000	José Lourenço Amaro da Silva Luiz de França Ferreira Luiz Pedro de Souza Manoel Navarro Lins Silvio José Ferreira da Silva Wilson José Ferreira e Silva
	Vigilante	80.000	José Luiz da Silva José Pedro de Souza
	Auxiliar de Escritório	80.000	José Reginaldo Guimarães Lêda Tenório Cavalcanti Lenita Tavares Albuquerque
	Servente de Escritório	66.000	Ircne Maria da Cunha
INSTITUTO DE QUÍMICA	Fazineiro	66.000	Arlindo Antônio da Silva
	Vigilante	80.000	Benedito Lopes da Silva
	Encarregado de Almoxarife	100.000	Chremilde Pandolfi
	Ajudante de Almoxarife	80.000	Luiz Camilo de Lima
	Auxiliar Administrativo	100.000	Maria Luiza Buarque de Gusmão

UNIDADE	FUNÇÃO	SALÁRIO	NOME
Instituto de Nutrição	Auxiliar de Escritório	80.000	Terezinha de Jesus Oliveira
	Condutor de Veículos	80.000	José Justino da Silva
	Serv. de Escritório	66.000	José Bernardo da Silva Otacilio Simões da Silva
	Assistente de Laboratório	80.000	Ana Noberto de Lima
Instituto de Cardiologia	Auxiliar de Escritório	80.000	Maria do Socorro Tenório
Inst de Ciências do Homem	Auxiliar Administrativo	100.000	José Francisco Carneiro Petrúcio Ferreira da Silva
	Auxiliar de Escritório	80.000	Ana Maria Cortez Gomes André Luciano Galvão Vieira Celito Ferreira da Silva Efigênia do Carmo Miguel Gilson Soares de Melo Ivo de Medeiros Barbosa Sueli Pessoa Cavendish
	Condutor de Veículos	80.000	José Pretextato de Lemos
	Servente de Escritório	66.000	Aldemir Sebastião dos Santos
Inst. de Ciências da Terra	Condutor de Veículos	80.000	Isaac Francisco Gomes
Curso de Biblioteconomia e Documentação	Auxiliar de Escritório	80.000	Ana Maria G. dos Santos Ferreira Regina Oceli Travassos Bandeira
	Servente de Escritório	66.000	José Tiburcio de Anastácio Manoel José Serafim Sebastião José da Silva
Curso de Nutricionistas	Auxiliar Administrativo	100.000	Maria da Conceição Navarro
	Auxiliar de Escritório	80.000	Idilia Costa Seixas
	Encarregada da Cozinha	65.000	Maria de Lourdes Souza
	Condutor de Veículos	80.000	Amaro Feliciano dos Prazeres
	Faxineiro	66.000	Manoel José Nascimento
	Vigilante	80.000	Ercilio Francisco de Queiroz
Instituto de Micologia	Encarregado de Almoxarife	100.000	Glauce Oliveira Melo Marques
	Auxiliar Administrativo	100.000	Adélia Maria Carvalho de Melo Nilza Ramos de Moura
	Auxiliar de Escritório	80.000	Arnaldo Ribeiro de Andrade Ana Maria de Macêdo França Aurino Cavalcanti Lins Ana Luiza Sales de Souza Leão Bartolomeu José Pacheco Omar Fernando José da Costa Borba Joaquim Cavalcanti de S. Filho Regina Maria Rocha Batista
	Ajudante de Biblioteca	80.000	Nair Gomes da Silva
	Servente de Escritório	66.000	Josefa Amélia de Souza Maria da Conceição Santana Rildo dos Santos Rodrigues
	Faxineiro	66.000	Albertino de Sá Barreto Edimir de Oliveira dos Santos Josefa Estevão da Conceição Juraci Rodrigues de Almeida João Belarmino Alves José Guilherme da Silva
	Faxineiro	66.000	José Domingos Carneiro de Melo Maria Nair de Moura Valdevino José dos Santos
	Vigilante	80.000	Valdomiro Emiliano Verçosa
	Ajudante de Desenho	80.000	Eunice Gomes da Silva
	Assistente de Laboratório	80.000	Alda Lina de Andrade

UNIDADE	FUNÇÃO	SALÁRIO	NOME
Inst. de Antibiótico	Exec. Serv. de Laboratório	66.000	Iraci Gomes de Oliveira Iran Jorge Guimarães Correia Rudeberto Nascimento de Oliveira Saulo Gonçalves Maia
	Auxiliar de Escritório	80.000	Gleid Maria Ramos e Silva Naglae Pereira da Rocha
	Condutor de Veículos	80.000	José Severino da Silva Reinaldo Martins Sales
Faculdade de Farmácia	Exec. Serv. de Laboratório	66.000	Geraldo de Alcântara Menezes Rivaldo José do Rêgo Barros
	Auxiliar de Escritório	80.000	Darci Cândida de Lira Selma de Freitas Cardoso
	Servente de Escritório	66.000	José Elísio Ribeiro
	Vigilante	80.000	José Teoni do Nascimento
Inst. de Higiene do Nordeste	Auxiliar de Escritório	80.000	Paulo Oliveira Cavalcanti
	Faxineiro	66.000	Ismael Basílio de Sales
Faculdade de Odontologia	Auxiliar de Escritório	80.000	Edien Maria Cataldi Miriam Montarroyos de Oliveira
	Vigilante	80.000	Severino Leôncio de Santana
	Ajudante de Arquivo	66.000	José Valfrido de Santana
Hospital das Clínicas	Exec. Serv. de Laboratório	66.000	Irajá Borges de Santana
	Auxiliar Hospitalar	75.000	Terezinha Maria de Jesus Pinheiro Terezinha de J. Santana Leite Elias Pereira Gomes Geraldo Batista do Nascimento
	Servente Hospitalar	66.000	Rildo Tavares dos Santos Mario Lopes Vanildo Celestino dos Santos Antônio Gomes Santiago Inácio Manoel da Silva Severino Carneiro da Cunha Neto

PORTARIAS DE 12 DE OUTUBRO DE 1965

3 Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 4º do Decreto nº 48.598 de 23 de julho de 1960, combinado com o Decreto nº 54.097, de 5 de agosto de 1964, resolve:

Nº 1.449 — Nomear, de acordo com o artigo 12 item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, José de Oliveira Fortuna, para exercer o cargo de Professor de Ensino Comercial Técnico, EC-515.19, do Quadro de Pessoal da Universidade do Rio Grande do Sul, aprovado pelo Decreto número 51.337, de 26 de outubro de 1961 em vaga decorrente do falecimento de Luiz Boneti Piffero, lotado na Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Ciências Econômicas da mesma Universidade para lecionar a disciplina de Matemática, da referida Escola.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Decreto nº 48.598, de 23 de julho de 1960, e, tendo em vista o que consta do processo nº 17.961-67 da Reitoria, resolve:

Nº 1.450 — Exonerar, na forma do artigo 75, item I, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952 o Técnico de Contabilidade, P-701.15.B, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, desta Universidade José de Oliveira Fortuna, matrícula nº 1-396.111, lotado na Reitoria, da mesma Universidade, em virtude de ter sido empossado em outro cargo público.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Nº 1.451 — Exonerar na forma do artigo 75, item I, letra "a", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 José de Oliveira Fortuna, do Cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Chefe de Gabinete do Reitor, desta Universidade, por ter sido empossado em outro cargo público.

Nº 1.452 — Tornar insubsistente a Portaria nº 695 de 3 de maio de 1965, que designou o Chefe de Gabinete do Reitor, José de Oliveira Fortuna para, sem prejuízo das atribuições de seu cargo e até ulterior deliberação, responder pelo expediente da Direção-Geral do Departamento de Administração Central desta Reitoria por ter sido empossado em outro cargo público.

Nº 1.453 — Exonerar, na forma do artigo 75, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 o Economista, TC-501.21.B do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, desta Universidade de Jayme Chaves Barlem, matrícula nº 1-523.204, lotado e com exercício no Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, da mesma Universidade, em virtude de ter sido empossado em outro cargo público.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 4º, do Decreto nº 48.598, de 23 de julho de 1960, combinado com o Decreto nº 54.097, de 5 de agosto de 1964 resolve:

Nº 1.454 — Nomear, de acordo com o artigo 12 item II, da Lei nº 1.711,

de 28 de outubro de 1952, Jayme Chaves Barlem, para exercer o cargo de Professor de Ensino Comercial Técnico EC-515.19, do Quadro de Pessoal da Universidade do Rio Grande do Sul, aprovado pelo Decreto nº 51.357, de 26 de outubro de 1961, em vaga decorrente do falecimento de José Grazziani, lotado na Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Ciências Econômicas da mesma Universidade para lecionar a disciplina de Economia, da referida Escola. — Professor José Carlos Fonseca Milano, Reitor.

PORTARIA DE 13 DE OUTUBRO DE 1965

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 1.455 — Designar o Professor de Ensino Comercial Técnico, EC-515.19 do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, desta Universidade, José de Oliveira Fortuna matrícula número 1-396.111, para responder pela Direção do Departamento de Administração Central da Reitoria da mesma Universidade, até ulterior deliberação. — Professor José Carlos Fonseca Milano, Reitor.

PORTARIA DE 9 DE FEVEREIRO DE 1966

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o que consta do processo nº 548-59, da Reitoria resolve:

Nº 73 — Designar, de acordo com as Leis nº 1.834, de 14 de novembro

de 1950, e 4.345, de 26 de junho de 1964 Decretos ns. 29.155, de 17 de janeiro de 191 alterado pelo de número 40.630, de 27 de dezembro de 1956, e Decreto nº 43.185, de 6 de fevereiro de 1958, o Instrutor de Ensino Superior, EC-504.19 do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, desta Universidade Darcy de Oliveira Ilha, matrícula nº 1-003.125, lotado e com exercício na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, da mesma Universidade, para operar habitualmente com Raios X, ou substâncias radioativas no Gabinete de Radiodiagnóstico, da referida Faculdade. — Professor José Fonseca Milano, Reitor.

PORTARIA DE 8 DE MARÇO DE 1966

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Decreto nº 48.598, de 23 de julho de 1960, e, tendo em vista o que consta do processo nº 23.090-65, da Reitoria, resolve:

Nº 173 — Conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 176, item II, combinado com o artigo 184, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952 a Hélio Lopes Medeiros, matrícula nº 1-221.984, no cargo de Professor de Ensino Superior, EC-502.22, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lotado na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, da mesma Universidade. — Professor José Carlos Fonseca Milano, Reitor.

INSTITUTO DE APOSENTADO- RIA E PENSÕES DOS FER- ROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Relação DAG-DD nº 28, de 1966

ATOS DO PRESIDENTE

Portarias

Nº 9.736, de 5.4.66 — Declara vago o cargo de Escriurário, 8-A, em virtude da nomeação de José Ribamar Ferreira, mat. 7.223, da DE-MA para o cargo de Of. de Adm. 12-A. Processo 5.518-66.

Nº 9.748 de 12.4.66 — Exonera a pedido, Ervino Walter Becker, Esc. 8-A, mat. 8.641, da DE-RS. Processo 2.310-66.

Nº 9.767 de 12.4.66 — Exonera, Edson de Figueiredo Lima, Of. Adm. 14-B, mat. 3.638, do cargo em Comissão, 7-C, de Delegado do Estado da Paraíba. Processo 7.692-66.

Nº 9.768 de 12.4.66 — Nomeia, Jehovah Lins Coelho, Oficial de Administração 14-B, para o cargo em Comissão, 7-C, de Delegado no Estado da Paraíba. Proc. 7.692-66.

DEPARTAMENTO DE ADMINIS- TRAÇÃO GERAL

Determinação de Serviço

Nº 5.696 de 12.4.66 — Agrega José Justo, Of. de Adm. 16-C, mat. 614, da DE-SF, com vencimentos do símbolo 3-F, correspondente ao cargo de Chefe da Seção de Operações Imobiliárias, a contar de 26.7.63. Proc. 30.229-65.

Nº 5.711, de 13.4.66 — Declara vago o cargo de Of. de Adm. 12-A, a partir de 10.3.66, data do falecimento de Edlo Francisco das Chagas Ribeiro, mat. 2.490, da DE-RJ. Processo 6.785-66.

Nº 5.713, de 14.4.66 — Torna sem efeito a DTS-DAG 2.975, de 6.3.64, que enquadrava provisoriamente no cargo de Médico, 17-A, Agenor Ferreira Lopes, Proc. 13.497-63.

DEPARTAMENTO DE BENE- FÍCIO

Ato do Diretor

DTS-DB 95, de 4.4.66 — Concede, a pedido, exoneração ao Dr. Sylvio Vieira, Procurador de 3ª Categoria, mat. 1965, do cargo em Comissão 5-C de Diretor da DB.

INSTITUTO DE APOSENTADO- RIA E PENSÕES DOS MARI- TIMOS

PORTARIAS DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Senhor Presidente da República exarado na Exposição de Motivos nº 347-65, que acompanhou o processo nº MTPS-155.535-65, referente ao concurso do DASP, de nº C-547, publicado no Diário Oficial de 18 de outubro de 1965, resolve:

Nº 1.537 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Luiz Carlos dos Santos, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.538 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Milton Oliveira Mello, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.539 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Amélia Valadão Lopes, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.540 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Elza Pereira Fernandes, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.541 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Abigail Geraldes, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.542 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Miguel Siqueira dos Santos, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.543 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Jacobson Lopes Corrêa, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.544 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Maria Aparecida Cardoso de Mello, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.545 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Marli Guimarães, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.546 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Carlos Bernardo da Silva Moraes, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.547 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Maria Antêrcia Arraes, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.548 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Annilha Paulina, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.549 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Helio de Souza Vaz, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.550 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, Dionne Edees Marun, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.551 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Maria José de Panjós, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.552 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Neyde Ferreira Cruz, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.553 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Hilário Tonini, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto número 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.554 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Raimundo Sebastião da Cruz, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.555 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Nizette Duval Cordeiro, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.556 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Rita Terezinha da Silva, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.557 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Virgílio Fabiano Cyrne Alves, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Rio de Janeiro, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.558 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Silvia Maria Cavalcante de Albuquerque, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Rio de Janeiro, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.559 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Terezinha de Aguiar Pereira, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado de São Paulo, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.560 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Maria de Lourdes Aguiar Pereira, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado de São Paulo, em vaga criada pelo Decreto número 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.561 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Edmundo Macário da Cruz, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Paraná, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.562 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número

Nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Rena Guido Longo, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Paraná, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.563 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Aladir Luiz Zuchetto, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Rio Grande do Sul, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.564 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Aida Maria Cardoso Dulinski, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Rio Grande do Sul, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.565 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Wilson Santos da Fonseca, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Rio Grande do Sul, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.566 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Ary de Aguiar Campello, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado de Pernambuco, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.567 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Americo Bastos Neves, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código número AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Pará, em vaga criada pelo Decreto número 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.568 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Terezinha de Jesus Costa Nassar, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Pará, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.569 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Gildasio Oliveira Souza, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado da Bahia, em vaga criada pelo Decreto número 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.570 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Fernando Carlos Uzeda da Silva, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste

Instituto, com lotação no Estado da Bahia, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.571 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Maria de Nazareth de Mello, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Amazonas, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961.

Nº 1.572 — Nomear de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Mimosas Castelo Branco, para exercer o cargo de Oficial de Administração, Código nº AF-201.12.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação no Estado do Amazonas, em vaga criada pelo Decreto nº 51.345, publicado no *Diário Oficial* de 20 de novembro de 1961. — *Alvaro Augusto Ferreira*, Presidente da Junta Interventora do C.A.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Relação nº 81, de 1966

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Proc. nº 11.163-CS — Ricardo Carpenter Meyer — Recurso — Despacho: De acordo com as informações prestadas pelos órgãos técnicos do DA, não provimento do recurso, mantendo assim, a decisão de Sr. Diretor a fls. 4, do processo nº 5.404-66.

DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA

DESPACHOS DO DIRETOR

Guanabara

Dia 4-4-66

HBFF — 38.526 — Renato de Almeida C. Watson — Homologo a habilitação da filha Aida a totalidade do pecúlio especial, de acordo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

HBFF — 26.789 — José de Mello — Homologo a habilitação dos filhos menores Sônia Maria e Marlene Maria à fração individual de 1/4 do pecúlio especial, ficando em reserva 1/4 para o filho Sebastião não habilitado de acordo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

2. Outrossim, retifico a cota do pecúlio atribuída à filha Deuselita no despacho de fls. 30 v., de 1/3 para 1/4.

HBFF — 35.106 — Rômulo Leão da Souza — Homologo a habilitação dos filhos menores Carlos Alberto e Ricardo à fração individual de 1/2 do pecúlio especial, de acordo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Dia 5-4-66

Estado do Rio

HBFF — 39.154 — José Ferreira da Costa — Homologo a habilitação dos filhos Synésio, Júlio e Ivo à fração individual de 1/4 do pecúlio especial, ficando em reserva 1/4 para a filha Dinéia não habilitada, de acordo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

2. Outrossim, durante o prazo homologatório deverá ser apresentado alvará judicial para o filho interdito.

Pará

HBFF — 39.081 — Laercio Lisboa Cerveira — Homologo a decisão do OL do Pará, que pagou o pecúlio especial aos filhos do "de cujus".

2. Outrossim, recomendo ao referido OL a fiel observância do disposto nas Instruções nº 110-61, quanto ao prazo homologatório.

São Paulo

HBFF — 39.196 — Luiza Dias — Homologo a habilitação dos irmãos Júlio, André, Albertina, Antonio, Florinda e Maria à fração individual de 1/6 dos pecúlios especial e obrigatório, de acordo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Paraná

HBFF — 33.002 — Marçalo Tissot — Face ao parecer da 2ª Procuradoria a fls. 43 a 45 e conclusão da DPS, indefiro a habilitação de fls. 2, por falta de amparo legal.

Minas Gerais

HBFF — 39.243 — José Gomes da Costa — Homologo a habilitação de D. Maria das Neves de Jesus, mãe viúva do "de cujus", a totalidade do pecúlio especial de acordo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Dia 11-4-66

HBFF — 38.147 — Maria Otília de Carvalho — Homologo a habilitação de D. Carolina Alves Pereira, mãe viúva do "de cujus", a totalidade do pecúlio especial de acordo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Pará

HBFF — 39.195 — José Nunes de Carvalho — Homologo a decisão do OL do Pará que pagou o pecúlio especial ao filho do "de cujus".

2. Outrossim, recomendo a fiel observância nas Instr. 110/61, quanto ao prazo homologatório.

Alagoas

HBFF — 27.365 — Adília Rodrigues Cardoso — Preliminarmente deve ser esclarecido no processo os nomes, nacionalidade, estado civil e profissão dos demais irmãos do ex-segurado.

2. Esses esclarecimentos devem ser prestados através da declaração testemunhada e firma reconhecida.

Paraná

HBFF — 38.817 — Deoclides Rosinã — Homologo a habilitação de D. Maria Rosinã, mãe solteira de "de cujus", à totalidade do pecúlio especial, de

COLEÇÃO DAS LEIS 1965

Volume I — Atos do Poder Legislativo
Leis de Janeiro a março
DIVULGAÇÃO Nº 937
PREÇO: Cr\$ 900

Volume II — Atos do Poder Executivo
Decretos de janeiro a março
DIVULGAÇÃO Nº 938
PREÇO: Cr\$ 6.200

Volume III — Atos do Poder Legislativo
Leis de abril a junho
DIVULGAÇÃO Nº 943
PREÇO: Cr\$ 1.700

Volume IV — Atos do Poder Executivo
Decretos de abril a junho
DIVULGAÇÃO Nº 944
PREÇO: Cr\$ 5.200

Volume V — Atos do Poder Legislativo
Leis de julho a setembro
DIVULGAÇÃO Nº 952
PREÇO: Cr\$ 2.200

Volume VI — Atos do Poder Executivo
Decretos de julho a setembro
DIVULGAÇÃO Nº 953
PREÇO: Cr\$ 6.000

Volume VII — Atos do Poder Legislativo
Leis de outubro a dezembro
DIVULGAÇÃO Nº 957
PREÇO: Cr\$ 4.000

Volume VIII — Atos do Poder Executivo
Decretos de outubro a dezembro
DIVULGAÇÃO Nº 958
PREÇO: Cr\$ 6.500

A VENDA:
Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1
Agência I: Ministério da Fazenda
Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília
Na sede do D.I.N

acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Minas Gerais

HBf — 39.131 — Nilo von Sperling — Homologo a habilitação dos filhos Ruth, Maria Emilia, Ivone, Andreina, Paulo, Antonio e Danilo à fração individual de 1/7 do pecúlio especial, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

São Paulo

HBf — 38.767 — José Moura — Homologo a habilitação dos filhos Dulce, Emilia, Cacio e Raul à fração individual de 1/4 do pecúlio especial, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

2. Outrossim, defiro o pedido de fls. 23 face ao parecer da 2ª Procuradoria.

Paraná

HBf — 38.864 — Irene Cruz Viana — Homologo a decisão do OL de Paraná, que pagou o pecúlio especial ao filho menor do "de cujus".

2. Outrossim, recomendo ao referido OL, a fiel observância do disposto nas Instruções 110-61, quanto ao prazo homologatório.

Pará

HBf — 39.293 — José Maria da Silva — Homologo a decisão do OL do Pará, que pagou o pecúlio especial aos pais do "de cujus".

2. Outrossim, recomendo ao referido OL a fiel observância nas Instruções 110-61, quanto ao prazo homologatório.

Brasília

HBf — 39.445 — José Lourival da Luz — Homologo a habilitação do Trajano Gonçalves da Luz e Cecília Schatzmann da Luz, pais do "de cujus", à fração individual de 1/2 do pecúlio especial, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Guanabara

HBf — 36.347 — Carlos Fernandes — Defiro o pedido de fls. 36, pagando-se o pecúlio especial a D. Wanda Rodrigues Farias, tutora nata dos quatro (4) filhos menores do ex-segurado Carlos Fernandes, observando-se o determinado no Alvará Judicial de fls. 32.

2. Quanto ao pecúlio obrigatório, deve o mesmo continuar em reserva, pois o benefício deverá ser pago a D. Etelvina das Mercês Fernandes, a qual deve promover sua habilitação.

Estado do Rio

HBf — 38.970 — José Kauppaum — Homologo a habilitação dos filhos Margarida Paulina, Adão José, Waldemar, Jayme Augusto e Cirene Odete à fração individual de 1/5 do pecúlio especial, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Bahia

HBf — 39.272 — João dos Santos Bahia — Homologo a habilitação das filhas Adalce e Doralce à fração individual de 1/2 do pecúlio especial, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Guanabara

HBf — 36.721 — Nilo Pecanha de Oliveira — Homologo a habilitação de D. Benedita Moraes de Oliveira, mãe-viúva do "de cujus", à totalidade do pecúlio especial, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

Amazonas

HBf — 37.594 — Guilherme Cavalcante de Sá Gouveia — Proceda-se na forma proposta pela PSF, com observância na Lei nº 883-49.

2. Mantenha-se em reserva os benefícios devidos aos filhos do "de

esteja regular.

3. Poderá a companheira habilitar-se à pensão mensal vitalícia, nos termos da Lei nº 4.069-62.

Guanabara

HBf — 37.598 — Oscar de Souza Guimarães — Em aditamento ao despacho de fls. 39 v. retifico as cotas de pecúlio atribuídas as filhas Ruth e Débora de 1/12 para 1/7.

2. Outrossim, o prazo homologatório deverá ser contado do despacho anterior.

HBf — 38.762 — Cezar Augusto Moreira — Homologo a habilitação de D. Virgolina Fonseca Moreira, mãe-viúva do "de cujus", à totalidade dos pecúlios especial e obrigatório, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

HBf — 38.769 — Armando Corrêa — Homologo a habilitação das filhas Lisette e Ivette à fração individual de 1/2 do pecúlio especial, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

HBf — 15.948 — Alfredo da Costa Araújo — Face à conclusão da DPS, indefiro a habilitação de fls. 3, por falta de amparo legal.

Minas Gerais

HBf — 17.559 — Othon Gaudis Fleury — Homologo a habilitação da viúva Carolina Marra Fleury, à 2ª meação do pecúlio obrigatório, de acôrdo com o parecer da 2ª Procuradoria e conclusão da DPS.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

RESOLUÇÃO Nº DA-28 DE 11 DE ABRIL DE 1966

O Diretor do Departamento de Assistência, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo nº 19.533-66, resolve:

Designar Myrthes Pedrosa Martins, Escriturária, nível 8-A, matrícula número 1.194.541, ponto nº 15.284, para substituir a Chefe da Seção de Processamento (ASY), do ASS, da DAS, Aurea Dias Madeira, no seu impedimento por motivo de férias, no período de 11 de abril a 10 de maio do corrente ano.

RESOLUÇÃO Nº DA-29 DE 11 DE ABRIL DE 1966

O Diretor do Departamento de Assistência, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo nº 15.390-66, resolve:

Designar Yolanda Barbalho Lopes, Oficial de Administração, nível 12, matrícula nº 1.161.776, ponto número 1.777, para substituir o Chefe do Serviço de Revisão de Pagamento de Auxílios (ASG), da DAS, Oscar Leans Alves, durante o seu impedimento, no período de 15 de março a 13 de abril do corrente ano.

Tornar sem efeito a Resolução DA-25, de 23-3-66.

RESOLUÇÃO Nº 44 DE 31 DE MARÇO DE 1966

O Diretor do Hospital dos Servidores do Estado, usando da atribuição que lhe confere o inciso VIII do artigo 65 do Regimento do HSE, e tendo em vista o disposto nas Instruções nº 289-64 e o que consta do Processo HSE nº 2.560-66, resolve:

Designar Abel Bergman Marabuto, Prontuarista Hospitalar EC-311.7, ponto nº 9.746, matrícula número 1.049.184, para substituir, nos impedimentos eventuais, Norma Marai da Conceição Santos, ocupante da função gratificada "10-F", de Encarregado da Turma de Controle e Atendimento — EAC, do Serviço de Arquivo Médico e Estatística — SME, da Divisão Médica — HSM, da Parte

Permanente do Quadro do Hospital dos Servidores do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 45 DE 6 DE ABRIL DE 1966

O Diretor do Hospital dos Servidores do Estado usando da atribuição que lhe confere o inciso VIII do artigo 65 do Regimento do HSE, e tendo em vista o disposto nas Instruções nº 289-64 e o que consta do Processo HSE nº 2.560-66, resolve:

Designar Bento Cândido Coelho, Médico TC-801.22-B, ponto nº 48, matrícula nº 1.756.883, para substituir, nos impedimentos eventuais, no cargo em comissão, símbolo 5-C, de Chefe de Clínica do Serviço de Clínica Médica — SMC-M, da Divisão Médica — HSM, da Parte Permanente, Aloysio de Salles Fonseca, ocupante de cargo de igual denominação, da Parte Suplementar, do Quadro do Hospital dos Servidores do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 46 DE 11 DE ABRIL DE 1966

O Diretor do Hospital dos Servidores do Estado usando da atribuição que lhe confere o inciso VIII, do artigo 65 do Regimento do HSE, e tendo em vista o disposto nas Instruções número 289-64 e o que consta do Processo HSE nº 2.843-66, resolve:

Designa Honorina de Abreu Monteiro, Assistente Social TC-1.301.20A, ponto nº 2.082, matrícula nº 1.900.158, para substituir, nos impedimentos eventuais, Ambrosina Lanna Vaz, ocupante da função gratificada 1-F, de Chefe do Serviço Social — SMS, da Divisão Médica — HSB, da Parte Permanente do Quadro do Hospital dos Servidores do Estado.

Relação nº 82, de 1966

PORTARIAS DE 12 DE ABRIL DE 1966

Nº 516 — Torna sem efeito a Portaria 223-66, que tornou sem efeito a de nº 187-66, que designou Adriano Sobral Soares, mat. 1.047.736, como Chefe da CLO, da DCE, do DC.

Nº 519 — Designa José Sales Gonçalves, mat. 1.900.220, como Chefe da CLO, da DCE, do DC.

Nº 520 — Coloca à disposição do Gabinete Militar da Presidência da República, pelo prazo de um ano, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens do cargo Maria de Lourdes Alves Coutinho, mat. 1.515.300, tendo em vista o constante no processo número 7.936-66.

Nº 521 — Designa Aida Gomes Mendonça, mat. 1.029.606, para substituir o Delegado da ASO, em seus impedimentos eventuais. Revoga a Portaria 3.162-64, que designou Estevam Fregapani, Procurador de 3ª Categoria para as mesmas funções, tendo em vista o constante no processo nº 17.959-66.

Nº 526 — Dispensa, a pedido, Maria das Victorias Pinho Borges Correia de Andrade, mat. 1.912.162, de Encarregado da EAE, da MEA, do SME, da SHM, do HSE, tendo em vista o constante no Proc. HSE número 156-66.

Nº 528 — Designa Arli Gonçalves Dominges, mat. 1.391.279, como Encarregado da EAE, da MEA, do SME, da HSM, do HSE, tendo em vista o constante no Processo nº HSE 156-66.

Nº 529 — Exonera, a pedido, nos termos do artigo 75, inciso I, da Lei nº 1.711-52, Glória Maria Muitti Martins da Costa, Escriturário nível 10-B, mat. nº 1.594.717. Os efeitos da presente portaria retroagem a 9.9.65, tendo em vista o constante no Processo nº 75.916-65.

Nº 530 — Dispensa, a pedido, Maria Genoveva Fagundes, mat. 1.912.366, de Encarregado da EAI, do SME, da

HSM, do HSE, tendo em vista o constante no Processo nº HSE 2.605-66.

Nº 532 — Designa Dea Vianna Lucas, mat. nº 1.982.907, como Encarregada do EAI, do SME, da SHM, do HSE, tendo em vista o constante no Processo nº HSE 2.605-66.

Nº 533 — Dispensa Altine Silva Oliveira, mat. 1.982.968, de Encarregado da HSEg, do HSE, tendo em vista o constante no processo nº HSE 2.585 de 1966.

Nº 535 — Designa Pedro Baptista Lima, mat. 1.513.079, como Encarregado da HSEg, do HSE, tendo em vista o constante no processo nº HSE 2.585 de 1966.

Nº 538 — Designa Tarcísio de Araújo Barreto Campello, mat. 1.079.472, para substituir o Chefe da PPR-6, sediada em Recife, Oscar Berardo Carneiro da Cunha Neto, nos seus impedimentos eventuais, tendo em vista o constante no processo nº 17.080-66.

Nº 537 — Considera designado, de acôrdo com o artigo 73, parágrafo 2º da Lei nº 1.711-52, José de Bessa Antunes, mat. 1.910.891, para exercer, em substituição, a Chefe da CDD, do DC, em virtude do afastamento do titular Jonas de Almeida, desde 24 de novembro de 1964, tendo em vista o constante no processo nº 68.152-65.

Nº 538 — Considera designado, de acôrdo com o artigo 73, parágrafo 2º da Lei nº 1.711-52, Yara Honório da Silva, para exercer, em substituição, a Encarregadora da CDR, da CDD, do DC, em virtude do afastamento do titular José de Bessa Antunes, desde 24.11.64, tendo em vista o constante no processo nº 68.152-65.

Nº 539 — Homologa a Resolução Interna AMG-542-65, que dispensou Hella Comini Salomão, matrícula número 1.584.039, de Encarregado da MZC, da MGZ, da AMG, tendo em vista o constante no processo número 2.522-66.

Nº 540 — Homologa a Resolução Interna AMG-23-66, que dispensou, a pedido, Hella Comini Salomão, matrícula 1.584.039, de Chefe da MGZ, da AMG, tendo em vista o constante no processo nº 6.167-66.

Nº 541 — Aposenta, nos termos dos artigos 176, inciso III, parágrafo 1º e 178, inciso III, ambos da Lei número 1.711-52, Maria Cavalcanti Nogueira, Médico nível 21-A, matrícula 1.525.801, tendo em vista o constante no processo nº 23.063-64.

Nº 544 — Exonera, a pedido, de acôrdo com o artigo 75, inciso I, da Lei nº 1.711-52, Fernando Antonio Longo, mat. nº 2.032.363, do cargo de Escriturário nível 8-A, interino. Os efeitos da presente Portaria retroagem a 15.11.64, tendo em vista o constante no processo nº 80.850-64.

Nº 545 — Exonera a pedido, nos termos do artigo 75, inciso I, da Lei nº 1.711-52, Reginaldo Werneck Lopes, Médico nível 21-A, mat. número 1.972.899, incluído na relação anexa às Instruções nº 60-62, por ter sido amparado pela Lei nº 3.967-61. Os efeitos da presente Portaria retroagem a 1.10.65, tendo em vista o constante no processo nº 62.473-65.

Nº 546 — Exonera, a pedido, nos termos do artigo 75, inciso I, da Lei nº 1.711-52, Walter Brunet Ferreira, mat. 2.119.690, do cargo de Escrevente Datilógrafo nível 7, interino, os efeitos da presente Portaria retroagem a 8.7.63, tendo em vista o constante no processo nº 65.226-65.

Nº 547 — Homologa Resolução Interna AMG-20-66, que designou Conceição Castelões de Almeida Lima, mat. nº 1.362.941, como Chefe da MGA, da AMG, tendo em vista o constante no Processo nº 6.168-66.

Nº 543 — Homologa a Resolução Interna AMG-48-66, que dispensou, a pedido, Edson Demichelli, matrícula nº 1.538.334, de Chefe da MGP, da AMG, tendo em vista o constante no Processo nº 7.321-66.

Nº 549 — Homologa a Resolução Interna AMG-15-66, que dispensou, a pedido, Hiram Amaral, matrícula número 1.023.232, de Chefe da MGM, da AMG, tendo em vista o constante no Proc. nº 4.592-66.

Nº 550 — Dispensa José Ismail Giovannini, Servente Temporário, matrícula nº 2.119.969, conforme processo ARS-1.170-60, para prestar serviços na ARS. Os efeitos da presente Portaria retroagem a 1.10.65, tendo em vista o constante no proc. nº 65.282 de 1965.

Nº 551 — Considera dispensado, a pedido, desde 14.4.59, José Fernando da Moura, admitido a título precário, conforme processo nº 23.521-58, para prestar serviços como Servente na AMG, tendo em vista o constante no processo nº 14.670-60.

Nº 552 — Homologa a Resolução Interna ARJ-124-66, que designou Henrique Gomes de Almeida, matrícula 1.037.721, como Chefe da RJ1, da ARJ, tendo em vista o constante no Processo nº 79.403-65.

PORTARIAS DE 12 DE ABRIL DE 1966

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado usando da atribuição que lhe confere o artigo 17, do Decreto-lei nº 2.865, de 12 de dezembro de 1940, e tendo em vista o que consta do Pedido de Busca nº 237 (ST 10.3.148-1º.3.66) do Serviço Nacional de Informações, resolve:

Nº 515 — Designar Lúcio Martins Pereira, Procurador de 1ª Categoria, matrícula nº 1.900.275, Lineu Rodrigues de Carvalho, Procurador de 2ª Categoria, matrícula nº 1.694.569 e Afonso Monteiro Montenegro, Procurador de 3ª Categoria, matrícula nº 1.719.990, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades constantes do Pedido de Busca supramencionado.

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado usando da atribuição que lhe confere o artigo 17, do Decreto-lei nº 2.865, de 12 de dezembro de 1940, resolve:

Nº 517 — Retificar os termos da Portaria nº 222, de 14 de fevereiro do ano em curso, que passa a ter a seguinte redação:

Dispensar, por ter sido designado para outra Função Gratificada, Adriano Sobral Soares, Escriturário, nível 10-B, matrícula 1.047.736, de Chefe de Seção Local de Registros Analíticos (CLO) símbolo 4-F, da Divisão de Empréstimos (DCE), do Departamento de Aplicação de Capital (DC) do Quadro da Administração Central e Órgãos Locais.

2. Os efeitos da presente Portaria vigoram desde o dia 14 de fevereiro do corrente ano.

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado usando da atribuição que lhe confere o art. 17, do Decreto-lei número 2.865, de 12 de dezembro de 1940, e tendo em vista os termos da Portaria nº 521, resolve:

Nº 522 — Delegar poderes especiais a Aida Gomes Mendonça, Chefe da Seção Administrativa, símbolo 7-F, matrícula nº 1.029.906, designada para substituir o Delegado da Agência do IPASE no Estado de Santa Catarina (ASC), Odilon Fernando Toscano de Brito, para o fim de representar o IPASE, nas transações de compra e

venda, respectivas promessas e operações de mútuo com garantia hipotecária, sobre imóveis localizados no referido Estado, de acordo com as Instruções em vigor e uma vez aprovada cada operação pelo Diretor do Departamento de Aplicação de Capital.

2. Para tal fim, fica a referida servidora autorizada a assinar as necessárias escrituras, dando ou recebendo os preços e quantias, respectivas quitações, requerer o que for preciso perante quaisquer repartições, devendo ser consignada em cada escritura a indicação especificada do processo administrativo e a data do despacho prévio do Diretor do Departamento de Aplicação de Capital, que homologou a operação e aprovou a respectiva minuta de escritura.

3. Os presentes poderes vigorarão somente quando a outorgada exercer o cargo de Delegado Substituto, nos impedimentos eventuais do titular.

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, usando da atribuição que lhe confere o artigo 17, do Decreto-lei nº 2.865, de 12 de dezembro de 1940, e tendo em vista o constante do processo nº 10.139-66 resolve:

Nº 542 — Transferir, nos termos do item I, do artigo 52, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952 combinado com o artigo 5º do Decreto nº 53.481, de 23 de janeiro de 1964, José Carlos de Andrade, Guarda, nível 8-A, matrícula nº 1.912.426 do Quadro do Hospital dos Servidores do Estado (HSE), para cargo da mesma denominação e nível, do Quadro da Administração Central e Órgãos Locais, decorrente da aposentadoria de Aristides Figueiredo da Silva.

2. Lotar o referido servidor na Agência do IPASE no Estado do Rio Grande do Norte (ARN). — Tarcísio Maia, Presidente.

Relação nº 85/66

PORTARIAS DE 14 DE ABRIL DE 1966

Nº 566 — Considera designada, de acordo com o artigo 73, § 2º da Lei nº 1.711-52, Solange Fam de Cerqueira, matrícula nº 1.900.816, para exercer, em substituição, a Chefia da DPS, do DP, durante o impedimento do titular Alvaro Oliva Cruz, no período de 2 de dezembro de 1965 a 10 de janeiro de 1966, tendo em vista o constante no Processo nº 4.667-66.

Nº 567 — Considera designado, de acordo com o artigo 73, § 2º, da Lei nº 1.711-52, Augusto Villa-Forte Coelho, matrícula nº 1.056.189, para exercer, em substituição, a Chefia da PSS, da DPS, do DP, durante o impedimento do titular Solange Fam de Cerqueira, no período de 2-12-65 a 10-1-66, tendo em vista o constante no Processo nº 4.667-66.

Nº 568 — Considera designado, de acordo com o artigo 73, § 2º da Lei nº 1.711-52, Yolanda Castro Magalhães, matrícula nº 1.056.413, para exercer, em substituição, a Encarregadoria da PIH, da PII, da PI, durante o impedimento do titular Cleomar de Carvalho Cunha Santos, no período de 9 a 27-9-65, tendo em vista o constante no Processo nº 73.368-65 e apensos.

PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 1966

Nº 586 — Aposenta, de acordo com o artigo 176, inciso II, combinado com o artigo 184, inciso II, da Lei número 1.711-52, e artigo 10 e seus parágrafos da Lei nº 4.345-64, Francisca Batista de Vasconcelos, matrícula número 1.745.937, ocupante do cargo de Nutricionista, nível 20, do HSE, tendo

em vista o constante no Processo número HSE 13.422-65.

Nº 589 — Aposenta, de acordo com o artigo 176, inciso II, e o artigo 184, inciso III, da Lei nº 1.711-52, combinado com o artigo 10 e seus parágrafos e 34 da Lei nº 4.345-64, Lélcio Antonio Gomes, matrícula nº 1.227-444, ocupante do cargo de Médico, nível 22-B, do HSE, no cargo de Chefe de Clínica, símbolo 5-C do mesmo quadro, tendo em vista o constante no Processo HSE nº 12.428-65.

Nº 590 — Aposenta, nos termos do inciso II, do artigo 176, da Lei número 1.711-52, Elisa Martins da Silveira, matrícula nº 1.910.871, servidor agregado ao Quadro da AC e OOLL, com os proventos fixados no valor correspondente ao símbolo 1-F, acrescidos de 20%, de acordo com o inciso III, do artigo 184, da citada lei, tendo em vista o constante no Processo nº 5.457-66.

PORTARIA Nº 569, DE 14 DE ABRIL DE 1966

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, usando da atribuição que lhe confere o artigo 17, do Decreto-lei número 2.865, de 12 de dezembro de 1940, e tendo em vista o constante do Processo nº 78.368-65 e apensos, resolve:

Retificar a Portaria nº 1.306, de 28 de setembro de 1965, publicada no nº BI-185-65, que passa a ter a seguinte redação:

"Considerar designada desde 2 de setembro de 1965, Yolanda Castro Magalhães, Escrevente Dactilógrafo, nível 7, matrícula nº 1.056.413, para substituir Cleomar de Carvalho Cunha Santos, na Função Gratificada, símbolo 16-F, de Encarregada da Turma Administrativa (PIH), da Seção de Inspeções (PII), da Inspeção Geral (PI), do Quadro da Administração Central e Órgãos Locais, nos seus impedimentos eventuais.

2. Revogar a Portaria nº 2.526, de 21 de setembro de 1964, que designou Marilene Bueno da Silveira para a mesma função". — Tarcísio Maia, Presidente.

PORTARIA Nº 594, DE 19 DE ABRIL DE 1966

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, usando da atribuição que lhe confere o artigo 17, do Decreto-lei número 2.865, de 12 de dezembro de 1940, e tendo em vista o constante do Processo nº 58.880-65, resolve:

Designar Lúcio Martins Pereira, Procurador de 1ª Categoria, matrícula nº 1.900.275, Lauro Antonio de Góis, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula nº 1.900.213, João Ferreira da Costa, Escriturário, nível 10-B, matrícula nº 1.910.557, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito, incumbida de apurar os fatos apontados no processo acima mencionado. — Tarcísio Maia, Presidente.

SERVICO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relação nº ODA, 86-66

O Presidente da Junta Interventora no Serviço de Alimentação da Previdência Social, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria MTPS nº 60, de 21 de janeiro de 1966, combinado com a Portaria nº 85, de 10 de fevereiro de 1965, resolve:

Anular, através da Portaria C.L.T. nº 5, de 9 de maio de 1966, a Portaria nº 238 de 2.2.1965, que tornou sem efeito a de nº C.L.T. 932 de 22 de dezembro de 1961, referente a con-

tratamento de Milton Garcia (Processo nº 21.704-65).

Tornar sem efeito, através da Portaria C.L.T. nº 6, de 9 de maio de 1966, a de nº 933 de 22.12.1964, que autorizou a Contratação de Amaro Weigan (Proc. nº 21.704-65).

Dispensar, através da Portaria número 851 de 6 de maio de 1966, Agostinho Maravilha, da função gratificada, símbolo "4-F" de Tesoureiro da Delegacia Regional em Brasília.

Responsabilizar, através da Portaria nº 897 de 12 de maio de 1966, solidariamente pela importância de Cr\$ 75.647,80 (setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete cruzeiros e oitenta centavos), Antonio Carlos de Souza Machado e Wandick Badaró (Proc. nº 12.701-58).

Dispensar, a pedido, através da Portaria nº 3.208, de 1º de dezembro de 1965, Isabel Olívia dos Santos Sobral, da função gratificada, símbolo 4-F, de Tesoureiro da Delegacia Regional no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 33.877-65). — René Amiel.

PORTARIAS DE 5 DE JULHO DE 1965

O Presidente da Junta Interventora no Serviço de Alimentação da Previdência Social, no uso dos poderes que lhe são conferidos através da Portaria MTPS 783, de 4 de setembro de 1964, combinado com a alínea j, artigo 2º da Portaria MTPS nº 803, de 9 de setembro de 1964.

Considerando a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na Exposição de Motivos nº 33-65, publicada no Diário Oficial de 16 de fevereiro de 1965, Processo MTPS nº 188.533-64;

Considerando a indicação feita pelo Presidente do Grupo de Trabalho no MTPS, com fundamento no artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962, Processo SAPS nº 7.594-65, resolve:

Nº 1.648 — Considerar excedente, a partir de 6 de abril de 1965, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Itamar Vasconcelos Fagundes, Almoxarife, nível 14-A, interino do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.649 — Considerar excedente, a partir de 6 de abril de 1965, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Reinaldo Montalvão, Almoxarife, nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.650 — Considerar excedente, a partir de 6 de abril de 1965, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Edno Chaves de Souza, Almoxarife, nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.651 — Considerar excedente, a partir de 6 de abril de 1965, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Edegar Abraham Marques, Almoxarife, nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

O Presidente da Junta Interventora no Serviço de Alimentação da Previdência Social, no uso dos poderes que lhe são conferidos através da Portaria MTPS 783, de 4 de setembro de 1964 combinado com a alínea j, artigo 2º da Portaria MTPS 803, de 9 de setembro de 1964.

Considerando a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na Exposição de Motivos

Nº 33-65, publicada no Diário Oficial de 16 de fevereiro de 1965, Processo MTPS 188.533-64;

Considerando a indicação feita pelo Presidente do Grupo de Trabalho no MTPS, com fundamento no art. 5º, parágrafo único da Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962 — Processo SAPS nº 14.294-65, resolve:

Nº 1.664 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Enio Borges Henrique, Almoxarife nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei número 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.665 — Considerar excedente na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Roberto Tetenge, Almoxarife nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.666 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Victor Pavin, Almoxarife nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.667 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Francisco Marques, Almoxarife, nível "14-A", interino, do Quadro do Pessoal — Parte

Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.668 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Virgílio Francisco Lemos, Almoxarife, nível "14-A", interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.669 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Josino Camargo Madeira, Almoxarife, nível "14-A", interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.670 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor José Gladstone Malveira Câmara, Almoxarife, nível "14-A", interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.671 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Wilson Antônio Cartiboni, Almoxarife, nível "14-A", interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.673 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que

ocupava o servidor Carlos Cassiano dos Santos, Almoxarife, nível "14-A" do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.675 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor José Guilherme Martins, Almoxarife, nível "14-A", interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.674 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Délio Cassiano dos Santos, Almoxarife, nível "14-A", interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.675 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Fernando de Oliveira Marques, Almoxarife nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei número 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.676 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Gustavo Sinésio Aragão, Almoxarife nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei número 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.677 — Considerar Excedente, na Série de Classes de Almoxarife e

consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Aristides Henrique da Costa, Almoxarife, nível 14-A, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.678 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor João Batista Leite, Almoxarife, nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.679 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Benedito Ferreira Dias, Almoxarife, nível 14-A, interino, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei número 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.680 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Geraldo Pereira Dutra, Almoxarife, nível 14-A, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Nº 1.681 — Considerar excedente, na Série de Classes de Almoxarife e consequentemente vago, o cargo que ocupava o servidor Nildo José Pereira Dutra, Almoxarife, nível 14-A, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, amparado pela Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962. — René Amiel,

IMPÔSTO DE RENDA

Lei nº 4.506 — de 30 de novembro de 1964

Dispõe sobre o Imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza

Divulgação nº 929

2ª edição

PREÇO: Cr\$ 250

Decreto nº 56.866 — de 23 de maio de 1965

Aprova o Regulamento para cobrança e fiscalização do Imposto de Renda

Divulgação nº 939

PREÇO: Cr\$ 400

A VENDA

Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

ARQUIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Repositório de doutrina, decisões administrativas, pareceres, acórdãos dos tribunais judiciais, legislação, acompanhado de índices analítico e alfabético. Publicação trimestral.

Preço: Cr\$ 300

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 11

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

PREÇO DESTA NÚMERO, Cr\$ 50